

O Diabo Velho: narrativas e contra-narrativas do bandeirantismo em Goiás

Markus Vinícius de Oliveira

Orientadora: Profa. Doutora Marina Pignatelli
Coorientadora Profa. Doutora Izabela Tamasso

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Antropologia

Lisboa
2022

Índice

Agradecimentos.....	3
Introdução.....	4
Capítulo 1 Narrativas e contra-narrativas sobre o bandeirantismo paulista.....	7
Capítulo 2 A construção do monumento ao Anhanguera em Goiânia.....	21
Capítulo 3 O Anhanguera e a identidade goiana.....	29
Conclusão	71
Bibliografia	74
Anexo 1	76

Agradecimentos

Agradeço imensamente à professora Izabela pelo seu tempo, amizade, orientações e pistas sem os quais este trabalho não teria sido concluído;

Agradeço à professora Marina pela atenção e cuidado;

Agradeço aos servidores da Câmara dos Vereadores que gentil e prestativamente auxiliaram-me a encontrar os documentos que necessitava, nomeadamente, António Pereira, Suzylane Lopes de Santana Cunha, Leonardo Barreto da Silveira, Jurandir Blotta e Jéssica Porto.

Agradeço à Mirna Kambeba Omágua Yetê, que me pôs em contato com diversas pessoas e que guardarei como amiga.

Agradeço ao Thiago Lemos, que também me pôs em contato com pessoas muito úteis à pesquisa e me enviou diversas matérias de jornal.



A - cartazes na Praça Atílio Corrêa Lima (Praça do Bandeirante)

“sou extremamente contra a retirada da estátua do Bandeirante”
Vereador Bruno Peixoto

“Eu não me identifico com essa estátua, com essa cultura”
Mirna Kambeba Omágua Yetê

“O mais incrível do Anhanguera é que ele está num cruzamento que é o destruidor com o destruído”
Oscar, documentário Eixo Anhanguera

Introdução

Esta pesquisa surgiu de minha inquietação sobre o debate acerca de Bartolomeu Bueno da Silva, figura emblemática da colonização do território de Goiás, Estado do Centro-Oeste brasileiro, onde é conhecido, também, como *Anhanguera* ou “Diabo Velho” em língua Tupi.

Retratado mais frequentemente como herói inscrito na tradição sertanista dos primeiros bandeirantes vindos de Piratininga, atual cidade de São Paulo, encontramos, na atualidade, narrativas controversas, e mesmo opostas, a esta construção. A figura de herói daria lugar à imagem de algoz? Quem a produziu (e ainda reproduz) e quem a contesta? É sobre essa disputa de narrativas que vou-me debruçar nestas próximas páginas. Pretendo com este trabalho fornecer conhecimento etnográfico sobre a relação da população goiana com sua história e seu mito fundacional, o Anhanguera e, mais concretamente, com o monumento em sua homenagem.

O objetivo geral dessa pesquisa é identificar as narrativas e contra-narrativas em disputa na representação do bandeirante como conquistador dos sertões e pioneiro da colonização de Goiás, na cidade de Goiânia, e saber se e de que modo elas estruturam a identidade local.

Deste objetivo geral resultam dois objetivos específicos:

- 1) analisar a construção da narrativa heroica oficial sobre o Anhanguera durante as negociações sobre a ereção do monumento em sua homenagem, em Goiânia;
- 2) identificar as narrativas e contra-narrativas produzidas, no presente, pela população local em relação ao Anhanguera e seu lugar na configuração da identidade local dos goianos.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e construtivista à guisa dos objetivos geral e específicos deste projeto. Investigar o que se pergunta nos problemas de pesquisa implicou descrever e compreender os meios através dos quais os sujeitos empreendem ações significativas e criam um mundo seu (e dos demais) além de conhecer como se cria a estrutura básica da experiência, o seu significado, manutenção e participação através [de] construções simbólicas (Moreira, 2007).

O tipo de pesquisa que desenvolvi foi o descritivo, comum em investigações qualitativas. Como quis explorar e descobrir como a população goiana lida com sua história e seus monumentos, não tive o objetivo de refutar ou comprovar hipóteses antecipadas, mas sim, enumerar, ordenar e relacionar atitudes, emoções, e significados atribuídos pelas pessoas ao monumento que analisarei. Minha pesquisa poderá, portando, abrir caminho para pesquisas futuras, tendo em vista que não encontrei nenhum trabalho especificamente antropológico sobre a estátua do Anhanguera.

A pesquisa desenvolveu-se em três etapas. A revisão bibliográfica produziu o primeiro capítulo, que serviu para introduzir o tema do bandeirantismo paulista ao leitor de modo que ficasse evidente a ligação entre a narrativa bandeirante e a narrativa da formação do Brasil como estado nacional, no contexto do nascimento das Ciências Sociais no Brasil. O capítulo dois resultou da análise documental da coleção BAND, integrante do acervo do Centro de Informação, Documentação e Arquivo – CIDARQ, da Universidade Federal de Goiás, que reúne documentação sobre os processos que levaram à ereção do monumento ao Anhanguera em Goiânia². No terceiro capítulo apresentei os dados etnográficos do trabalho de campo.

² Disponível em: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes>. Acesso em 19.08.2021.

Para a recolha dos dados do campo recorri a vários expedientes: *observação direta* do sítio onde se encontra o monumento; *entrevistas semi-estruturadas*, pessoalmente, por telefone e pela aplicação *Whatsapp*; *Enquete* através de caixas de pergunta e resposta da aplicação *Instagram*; pesquisa de imagens, fotografias, arte digital, em perfis de redes sociais, nomeadamente o *Instagram*; *pesquisa documental* em jornais digitais de grande circulação em Goiânia; *análise de documentos* da Câmara Municipal de Goiânia, nomeadamente um projeto de lei, transcrição taquigráfica de uma sessão parlamentar e 166 atas de sessões parlamentares, além dos 557 documentos da coleção BAND; *conversas informais* com diversos moradores da cidade, além das anotações do trabalho de campo.

Utilizei, portanto, abordagens de pesquisa *in loco* tradicionais associadas à pesquisa etnográfica virtual, ou “netnografia”. Embora ainda haja desconfiança sobre a validade científica das observações virtuais e do critério metodológico utilizado para selecionar os dados, é justamente essa fluidez que lhe confere potência inovadora. As tecnologias digitais “criam novos desdobramentos da etnografia clássica, ‘de carne e osso’, de diário de campo analógico e caneta” (Soares e Stengel, 2021) As vantagens desse tipo de etnografia são a economia de custos, de tempo de deslocamentos, menos subjetividade porque os depoimentos já estão escritos, além de maior riqueza do material de campo pois permite aceder a textos, fotos, vídeos e áudios simultaneamente. (Soares e Stengel, 2021). Penso que, para este trabalho, a conjugação dos dois campos não só foi possível, dada a forte perceção de continuidade entre os “mundos” *online* e *offline*, como foi bem-sucedida dada a quantidade de interlocutores que alcancei e de material audiovisual que obtive em tão pouco tempo.

Os procedimentos de análise dos dados foram a análise do discurso para as entrevistas e a análise documental para os documentos mencionados. Se os significados são criados no interior de práticas, como afirmou Michel De Certeau (2011) o olhar atento ao discurso e às atitudes dos meus interlocutores em relação ao tema desta pesquisa permitiram que eu pudesse transpor para o papel uma representação a mais próxima da realidade que encontrei no campo no momento da pesquisa.

Se das práticas nascem os significados, achei pertinente manter nesta versão da dissertação o debate paulista sobre a narrativa bandeirante porque só a partir da leitura dos escritos desses autores é que se pode ter uma noção mais concreta do peso que o bandeirantismo teve no Brasil, mesmo que se perca, por motivos de espaço, a discussão mais antropológica que havia na versão anterior. Como foi preciso escolher, escolhi dessa maneira.

Capítulo 1– narrativas e contra-narrativas do bandeirantismo paulista

Os bandeirantes nada nos deixaram escrito de suas aventuras. Nada registaram de suas expedições. Para além dos relatos dos missionários jesuítas, temos apenas a representação que os intelectuais brasileiros fizeram deles em seus textos. Na historiografia paulista, Davidoff (1984, p. 85) credita a Saint-Hilaire, Southey no século XIX e Alfredo Ellis Jr., Cassiano Ricardo, Oliveira Martins, Oliveira Viana, Taunay, no XX a consolidação da imagem heroica do bandeirante que “antecipa, através de sua ação prática, a alma da nação brasileira e que constrói e prenuncia o Estado Nacional, devassando os sertões e incorporando imensas regiões ao domínio brasileiro”. Uma série de autores estão filiados à “corrente crítica” do bandeirantismo sendo eles Alcântara Machado, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Viana Moog para citar apenas alguns. Essa corrente pretende desmistificar o bandeirante como homem intrépido, desbravador e pioneiro da ocupação do território nacional, em suma, como herói.

Mais que aglutinar autores, os paulistas criaram duas instituições que se dedicaram ao estudo das bandeiras: o Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ambos inaugurados em 1894. Desde então o IHGSP dedica-se a

“promover a pesquisa, o estudo e a divulgação da História, Geografia e Ciência ou Artes correlatas, especialmente no que se relaciona com o Município de São Paulo e com a projeção histórica deste no passado, abrangendo todo o atual Estado de São Paulo e a área do território nacional influenciada, a partir da Vila e depois cidade de São Paulo, nos Ciclos do Bandeirismo, das Minas, das Monções e do Tropeirismo” (IHGSP, 2021 grifo meu).

O Museu Paulista, por sua vez, além de ter sido concebido como um museu de história natural, encontraria largo financiamento para a pesquisa histórica e antropológica sobre as bandeiras. Na direção do Museu a partir de 1917, Afonso Taunay trabalhou para que se reunisse no Brasil e na Europa vasta documentação cujo objetivo era subsidiar suas obras, publicando, em 1919, “Na era das bandeiras”, cujo objetivo era encontrar provas de que foram os bandeirantes paulistas que conquistaram e povoaram o Brasil (Anhenzini, 2018, p. 156). Entre 1924 e 1950 Taunay publicou sua grande obra “História Geral das Bandeiras”, um total de 11 volumes e cinco mil páginas sobre a ocupação do território nacional pelos bandeirantes (Anhenzini, 2018, p. 162)

É preciso contextualizar esses esforços pessoais e institucionais de construção de uma historiografia paulista gloriosa. As obras de Taunay lançaram as bases para a construção

apologética dos bandeirantes paulistas, na primeira metade do século XX, atendendo aos interesses da elite económica de São Paulo que se via pouco representada na política e cultura nacionais, monopolizadas pela capital, o Rio de Janeiro. A pesquisa realizada por Taunay só foi possível graças ao financiamento proporcionado pelos grandes cafeicultores do Estado (Ferretti, 2008). Além disso, a antropologia “evolucionista e determinista racial” do IHGSP “encontrava-se mais confortavelmente associada a uma visão épica e positiva da história” (Schwarcz, 2021, p. 172) que servia ao preconceito racial das elites paulistas. Esses estudos davam suporte à ideia de que somente a imigração europeia³ aceleraria o processo supostamente inevitável do branqueamento e elevação moral da população, uma vez que “dos indígenas pouco se esperava e dos negros e mestiços menos ainda” (Schwarcz, 2021, p. 172) O resultado dos estudos produzidos pelo instituto é um misto eclético de teorias e espiritualismos que “acomodava métodos e pressupostos diversos, em função de interesses no mais das vezes pouco teóricos” (Holanda, s.d. apud Schwarcz, 2021, p. 173).

Analisando a obra de Schwarcz e o material bibliográfico sobre o bandeirantismo paulista observei as proximidades e discordâncias das ideias defendidas pelos autores que se debruçaram sobre o bandeirantismo. Em vez de demonstrar uma coerência teórica absoluta, os autores dessas obras expõem o panorama da produção bandeirante na virada do século no sentido de que eles tentavam criar uma narrativa de nação sólida e unificada. Schwarcz (2021) faz a pertinente ressalva quanto ao projeto intelectual concentrado nos Institutos Históricos e Geográficos inaugurados no país cujo foco era unificar a nação através da

“construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos e cuja composição social era semelhante à das academias europeias, onde os sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações pessoais e produziram falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante” (2021, p. 130).

A pluralidade de posições e as divergências de projetos políticos tornavam a produção variada e eclética, porém, no caso do IHGSP, a solução para o problema da “lealdade dividida que se devia ao estado e à nação foi encontrar na figura simbólica aglutinadora do bandeirante” (Schwarcz, 2021, p. 179), embora, como veremos, sem nenhuma coerência absoluta.

Optei por me concentrar nas divergências e convergências das narrativas e contra-narrativas bandeirantes produzidas por cinco autores, num exercício de síntese que me requer o espaço deste capítulo. Esses autores dialogam entre si, ora divergindo, ora concordando, mas

³ O Museu da Imigração possui vasto acervo acerca da imigração europeia no Brasil, especialmente quanto à função da Hospedaria do Brás na recepção desses migrantes, a partir de 1870, financiados pela elite cafeeira de São Paulo. Cf. <http://www.museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/o-museu>

todos escrevendo segundo seus projetos políticos. São eles Afonso Taunay, Alfredo Ellis Jr, Capistrano de Abreu, Cassiano Ricardo e Oliveira Vianna. Alcântara Machado também merecerá algumas palavras pela inovação metodológica ao analisar os vinte e sete tomos dos Inventários e Testamentos Quinhentistas e Seiscentistas de São Paulo, a partir do qual recria a vida bandeirante baseando-se exclusivamente na vida material da província de São Vicente.

Capistrano de Abreu, cearense, dedicou boa parte de sua atividade como historiador às bandeiras na passagem do século. Sua produção insere-se numa nova interpretação dada à história da formação nacional acionada pelo IHGB que articulava uma política indigenista resgatando e louvando os métodos de aculturação indígena levado a cabo pelos jesuítas. Segundo Ferretti (2018, p. 118), essa nova postura editorial do IHGB promoveu uma escrita crítica e acusatória da violência e escravidão presentes na experiência colonial brasileira. Para o autor:

“rompia-se com a visão gloriosa e laudatória do antigo paulista pacientemente formada no séc. XVIII pelos historiadores como Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme e aproximava-se da lenda negra jesuítica, que era redefinida. O bandeirante, apresador de índios e inimigo encarniçado dos jesuítas, passou a ser visto pelos indianistas como o grande vilão da história nacional” (2018, p. 118).

Naquele momento, o projeto básico de construção da identidade brasileira passava pela reincorporação do indígena como a alteridade primordial frente ao colonizador português⁴, diferenciando-se também do problema da presença africana no país. O “pecado original” da nação, a escravização indígena, seria redimido pela exaltação dos povos originários (2018, p. 119). Em São Paulo não foi diferente. O IHGB publica, em 1864, Quadro Histórico da Província de São Paulo, do historiador paulista Machado de Oliveira que, pela primeira vez, escreveu uma história local “marcada pelo transplante da matriz etno-historiográfica indianista [...] que conferia um lugar de destaque ao indígena como agente da história paulista incluindo mesmo uma parte introdutória sobre a etnografia indígena paulista” (2018, p. 120). Segundo essa visão os colonos portugueses eram preguiçosos e presos ao litoral, evitando entrar nos sertões, os mamelucos eram homens embrutecidos e desobedientes à lei e o indígena era o verdadeiro herói conhecedor dos rios e das matas.

Capistrano de Abreu escreve nesse contexto de revalorização do indígena que data a primeira geração romântica no Brasil. Influenciado por José de Alencar⁵ e pelo movimento

⁴ O romantismo como corrente literária chega ao Brasil com a vinda da família real portuguesa em 1808. Sua primeira fase foi marcada pelo “indianismo”, pela valorização da pátria e dos elementos naturais que a compõem. O indígena é largamente utilizado como tema para a literatura produzida nesta fase.

⁵ José de Alencar foi um dos maiores expoentes da literatura romântica indigenista no Brasil, tendo escrito O guarani (1857) Iracema (1865) e Ubirajara (1874). Cf. <https://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/biografia>

indianista no Brasil, Capistrano, apesar de ligado à Corte Brasileira e a d. Pedro II, rompe com autores consagrados, como por exemplo Sílvio Romero, que afirmava que a “originalidade do tipo nacional brasileiro se dava à presença do negro” (Ferretti, 2018, p. 123) e não do indígena, e adota modelos mais “cientificistas” e menos espiritualistas e católicos como os escritores românticos (2018, p. 124). Capistrano defendia a tese, de fundo determinista, na qual afirmava que “o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao *clima* e ao *indígena*. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores” (Abreu, 1976, p. 106). Em seus textos, Capistrano demonstra uma preocupação central com a questão territorial do país, na ocupação dos sertões e da formação das fronteiras internas. Seu ideal de história do Brasil seria, portanto, o “emprazamento lento do território, do avanço da civilização e do refluxo da barbaria” (Abreu, 1976, p. 310, apud Ferretti, 2018, p. 125). Em Capistrano, ressalta-se fortemente o determinismo geográfico em sua defesa da colonização do território. “A natureza brasileira, pujante e impositiva, deixava de ser admirada com orgulho e como dádiva divina”, como na primeira geração romântica, e passava a ser empecilho da civilização. “Sem a vitória sobre o sertão não haveria civilização e progresso no país. Tratava-se de uma luta territorial” (Ferretti, 2018, p. 126), expondo todo o determinismo antropogeográfico de Ratzel⁶.

É nesse sentido que Capistrano escreve sobre o bandeirismo paulista. Embora símbolo maior dos vícios da nacionalidade, as bandeiras eram vistas pelo autor como o marco na unidade territorial do país. Ele considerava que se as bandeiras não eram exclusivas de São Vicente (ele considera que houve bandeiras em Pernambuco e Bahia, por exemplo) elas eram o centro gravitacional da economia da província. Localizada num vale entre a Serra do Mar e o Atlântico, era difícil desenvolver qualquer atividade agrícola ou pecuária, o que impulsionou os paulistas aos sertões em busca de minérios e escravos indígenas, sem os quais não saberiam andar pelas matas sertões adentro. Capistrano também foi o primeiro autor a pontuar que dos indígenas tupiniquins aprendeu-se a liderar uma expedição com uma bandeira à frente da tropa para sinalizar a ameaça de guerra, pelos lugares, daí o nome “bandeirantes” (Machado 2014, p. 192).

Desse elemento indígena, o autor extraiu quase toda a potência da bandeira, com seus conhecimentos da fauna e flora do sertão. Capistrano, ao contrário do Machado de Oliveira que distinguia mamelucos e bandeirantes, pensava que os paulistas eram mestiços de brancos com índios, donde viria “o sangue inquieto, ardente, nômade” (Ferretti, 2018, p.136). Como aponta

⁶ Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um geógrafo e etnólogo alemão conhecido por criar a teoria do determinismo geográfico e do espaço vital, que relacionava um povo e a terra que habita de modo determinista.

Ferretti, Capistrano não se demora muito na descrição do tipo racial e psicológico do mameluco bandeirante paulista. Ele não desenvolve a ideia de “raça de gigantes” como o fará Alfredo Ellis Jr. nos anos 1920 (Ferretti, 2018, p.136) de modo a criar argumentos eugênicos que sustentem uma identidade regional paulista. Ao contrário, não só não exalta uma superioridade racial dos bandeirantes como expõe claramente o caráter violento e desagregador das expedições. Aqui vemos o caráter ambíguo da representação do bandeirante feita pelo autor. Ele pensava mesmo que a bandeira era um fenómeno despovoador dos sertões e não tinha a tarefa heroica de fundar vilas porque desagregava pequenos povoados, desmantelava aldeias indígenas e deslocava populações rumo a São Paulo (Ferretti, 2018, p. 140).

Em sua visão sobre a violência contra os indígenas, especialmente avaliando os relatos do padre Montoya e os conflitos no Guairá, diferentemente do modelo etno-histórico do IHGB

“Capistrano não adotou um tom moralista, não identificou nas práticas violentas contra os indígenas o critério principal de avaliação do processo histórico, nem considerou seu extermínio e escravização uma espécie de pecado original da nação. A violência, em sua escrita da história, é antes apresentada como uma questão latente, um problema que recusou a escamotear, mas ao qual não oferece resposta explícita” (Ferretti, 2018, p. 142)

Afonso de Taunay, defensor aguerrido dos bandeirantes, por sua vez, em sua obra História Geral das Bandeiras Paulistas, salientava que a violência contra os indígenas era um fato da época e que nada tinham a ver com a imagem oficial dos paulistas atualmente. Como aponta Ferretti, tentando equilibrar-se entre a abnegação jesuíta e a rapina bandeirante, ele deixou a questão aberta (Ferretti, 2018, p. 143).

Influenciado pelo pai, Alfredo de Taunay e por Capistrano, contratado por seus pais como “explicador particular” de História do Brasil (Ferretti, 2018, p. 148) se lança à escrita da história das bandeiras. Sua narrativa baseia-se na vasta documentação que conseguira entre 1917 e 1923 na direção do Museu Paulista. Assim, “utilizando recursos metodológicos que acreditava levarem à verdade, Taunay construiu uma História épica das bandeiras paulistas e colaborou para a criação de ‘narrativas de fundação’ importantes para a formação da identidade de São Paulo” (Ferretti, 2018, p. 161). No que supunha ser uma tarefa científica, embora com um projeto político de fundo, qual seja a glorificação de São Paulo como nascedouro da nação brasileira, Taunay coletou os “erros” e “acertos” dos autores que estudou para a escrita de suas obras e as expôs em História Geral das Bandeiras Paulistas. Nesta obra ele expõe os argumentos e as provas da tese de que “São Paulo foi o centro irradiador dos bravos sertanistas que desbravaram o Brasil, transformando uma pequena extensão de terra em uma nação quase continental” (Ferretti, 2018, p. 162). Além disso, o tipo racial paulista era marcado pela

miscigenação euro-americana, culminando no predomínio do mameluco na sociedade paulista. Taunay se encaixa, portanto, numa tradição de “glorificação dos ancestrais”, mas cujo trabalho tem o propósito claro de louvar uma “tradição inventada” que é corporificada na memória bandeirante (Souza, 2007).

Acredito que consegui demonstrar, até aqui, que as narrativas e contra-narrativas sobre a ação dos bandeirantes na construção da nação brasileira passa, necessariamente, pelos objetivos políticos das elites letradas de São Paulo como forma de conquistar para si maior presença no cenário cultural do país. Nenhuma disputa de narrativas é tão clara, nesse sentido, que o debate entre Alfredo Ellis Jr. e Oliveira Vianna na década de 1920. Escrevendo, ambos, num contexto de formação da identidade paulista no recente cenário republicano nacional, e sofrendo influências das diretivas do Partido Republicano Paulista (PRP), surgido na década de 1870, sua escrita sobre o bandeirantismo passa necessariamente pela criação um herói regional que se pretende nacional que justificaria a força do republicanismo de São Paulo. Observei um claro descolamento da imagem patrimonializada do bandeirante criada pela elite paulista e a imagem que o povo tem dela atualmente. Sendo antes de tudo um debate entre pares, i.e., entre a elite intelectual e econômica de São Paulo, na narrativa que se segue não é evidente a participação da população na construção do herói, mas vê-se claramente o “uso político do passado bandeirante”, nas palavras de Ferretti (2008).

Desde a década de 1870, o crescimento da economia paulista baseada no café esquentou os ânimos das elites da província descontentes com a política fiscal e com o centralismo monárquico da Corte no Rio de Janeiro. Segundo Ferretti (2008, p. 61), as elites paulistas esforçaram-se por se afastar dos ditames da Corte, reivindicando maior liberdade para as províncias, no sentido mesmo “liberal” de política, muito inspirado no Federalismo estadunidense, numa espécie de democracia provincial autoproclamada. Segundo o autor, já ao se aproximar o inevitável fim da escravidão, os paulistas promoveram uma política de imigração europeia, tal qual havia feito os Estados Unidos, numa tentativa de ocupar o sertão paulista através da expansão da lavoura de café, numa suposta empreitada liberal e democrática, resguardando-se, da participação efetiva das “massas” (2008, p. 61). Apoiando-se nas obras dos dois primeiros cronistas que se dispuseram a criar uma identidade regional para o povo paulista, Frei Gaspar e Pedro Taques, ambos do século XVIII, e tentando adaptar a condição econômica da altura com as aspirações de poder das elites, os deputados do PRP financiaram autores a construir a imagem de que os paulistas eram uma “avis rara” de progresso, democracia e liberdade em meio a um país monárquico atrasado (Ferretti, 2008, p. 61). Os paulistas além de

criar um presente diferenciado para a província, criaram também um passado que melhor lhes representava. A explicação para a pujança econômica de São Paulo poderia ser encontrada ainda no período colonial quando os paulistas se recusavam a obedecer a Coroa, lançando-se aos sertões em busca de melhores condições de vida. Américo Brasiliense, deputado pelo PRP, escreveu em 1878 que as próprias origens do partido eram fruto do

“entusiasmo pelos ‘princípios liberais’, da ‘altivez e independência’ do espírito paulista, de uma notável expansão da vida municipal na época colonial, quando as câmaras ‘não procediam só por sua deliberação’, mas ‘convidavam o povo para uma ou às vezes mais reuniões’ (Brasiliense, 1878: 96, 97 apud Ferretti, 2008).

Ao mesmo tempo iniciava um momento de revalorização dos bandeirantes, numa contra-narrativa oposta àquela do movimento indianista da década de 1830 que considerava o bandeirante como assassino e condensador de todos os vícios do colonizador. Segundo Ferretti (2008, p. 64) fruto de uma verdadeira política cultural das elites de São Paulo, iniciado pelo PRP, mas concretizado apenas na República, com a fundação do IHGSP em 1894 e “sob o comando de Cesário Mota, diretor da instituição, transformou-se a contra-história em história oficial” abrindo espaço para a construção mitológica e imagética dos bandeirantes na formação de São Paulo e do país

Washington Luís, prefeito de São Paulo e depois presidente do Estado, entre 1916 e 1924, foi um ativo financiador da narrativa bandeirante, do seu caráter “liberal e democrático”, promovendo um verdadeiro “culto ao passado paulista” (Ferretti, 2008, p. 65), cujo passado eram os próprios bandeirantes. Investiu no Museu Paulista e fez publicar diversas obras que subsidiaram os trabalhos de diversos historiadores, incluindo os citados aqui. Esse investimento simbólico na narrativa bandeirante seria colocado em disputa mais uma vez, na década de 1920, num momento de crise de representação da República liberal-federalista defendida pelo PRP e autores que eram antiliberais e centralizadores, como Oliveira Vianna, atacaram tanto o partido quanto a representação liberal atrelada aos bandeirantes (Ferretti, 2008, p. 65).

Vianna, em meio a crise do partido, baseava sua crítica ao liberalismo paulista com o argumento da “planta exótica”, que segundo ele era incompatível à realidade brasileira (Vianna, 1993, p. 381, apud Ferretti, 2008, p. 66). Ele, sendo carioca, apesar de ficar conhecido nos círculos de intelectuais liberais de São Paulo, discordou deles ao não valorizar tanto o “fetiche das análises documentais”, como o faziam os historiadores do IGHSP, trazendo aportes de outras ciências sociais à reconstrução do passado paulista (Ferretti, 2008, p. 67). Em Populações

Meridionais do Brasil (1920), em vez de dar crédito às instituições paulistas, principalmente ao PRP, vai “conferir papel central ao latifúndio rural como base da formação social ‘insolidária’ brasileira” (Ferretti, 2020, p. 67). Segundo Ferretti, Vianna afirmava que do latifúndio:

“se originara uma aristocracia de *caudilhos rurais* que, a expensas de uma *autoridade estatal metropolitana*, vista como fraca e impotente, impunham seu poder arbitrário sobre toda a vida colonial, impedindo a constituição de um mínimo de “solidariedade social” (Ferretti, 2008, p. 67, grifos meus).

Nesse sentido, Vianna afirma que o entrave ao progresso da nação era fruto da atividade desses proprietários rurais privados diante impotência do estado em controlá-los (2020, p. 67). Vejamos bem que esta posição vai de encontro com a ideia liberal de glorificação dos agentes paulistas, dos bandeirantes, na construção do país. Vianna via nessa desobediência o governo central, à Coroa Portuguesa, uma espécie de anarquia social e que “se havia algum despotismo colonial, seus agentes seriam os turbulentos caudilhos rurais, que se confundiam com os bandeirantes, entendidos como antepassados políticos do chefe rural de sua época” (Ferretti, 2008, p. 67). O liberalismo louvado pelo PRP, para o autor, não era mais que a defesa de um mandonismo local, que muito interessava aos paulistas em seu projeto de se esquivar do poder central da Coroa. Seu projeto de nação era, agora no século XX, um Estado forte, centralizado no Rio de Janeiro, e longe do federalismo defendido pelos paulistas.

Ao abordar o tema das bandeiras, apesar de toda a crítica, fica do lado dos paulistas, ao louvar a ação bandeirante como protagonista do período colonial. Mas, como aponta Ferretti, seu bandeirante era diferente do criado pelo IGHSP (2008, p. 68). Segundo o autor, a representação que Vianna fez do bandeirante era marcada por três características: “em termos sociais era visto como um aristocrata; em termos políticos era um caudilho turbulento e anarquizante; em termos raciais, um ariano” (2008, p. 68). Mais que conquistar o território, Vianna via na bandeira a expansão do latifúndio pelos sertões, interpretando-as mesmo como “latifúndios em marcha” (Vianna, 1920, p. 78 apud Ferretti, 2008, p. 68). Segundo Ferretti, Vianna entendia o:

“bandeirante como o grande proprietário de terras, assumindo, assim, um caráter socialmente aristocrático, e a bandeira era descrita pelos valores da ordem e hierarquia [...] [mantendo] uma rígida ordem interna, submetendo mulatos e mamelucos. Ao mesmo tempo, essa organização hierarquizada afastava os grupos subalternos de comerciantes, mestiços e negros do mundo da política, concentrando nas mãos do grupo latifundiário o direito de participação nas câmaras, sustentado, a seu ver, ‘por salutareis preconceitos’” (Oliveira Vianna, 1920, p. 100, apud Ferretti, 2008, p. 68).

É nesse sentido que Vianna constrói um bandeirante como personagem contrária ao progresso da nação, caudilhesco e desobediente, as vezes entrando nos sertões sem a autorização da Coroa, sendo em tudo avesso à mencionada “protodemocracia” referenciada constantemente pelo PRP. Ao contrário, se em Populações Meridionais ele se aproxima muito dos modelos científicistas como o racismo científico e o evolucionismo social, na questão racial, Vianna adotou a teoria ariana divulgada desde o século XIX pelo Conde Gobineau e seus seguidores (Ferretti, 2008, p. 69). Segundo Ferretti, Vianna sugeriu ser o bandeirante um “germânico, herdeiro da aristocracia portuguesa composta por cruzados borguinhões e normandos da época da formação do reino” (2008, p. 69). O bandeirante e, portanto, a elite paulista de sua época, era produto da descendência de tipo ariano-germânica supostamente herdado dos portugueses no Brasil.

Aqui é preciso salientar que, por mais surpreendente que pareça, o elogio ao bandeirante de Vianna, é apenas quanto à sua suposta origem racial. Nos aspectos social e político, i.e., aristocrático e caudilhesco, o autor os considera empecilhos ao desenvolvimento da nação pelo seu caráter destruturante da ordem e da lei. Este é apenas um exemplo das contradições encontradas nos autores que escreveram sobre o bandeirantismo na primeira metade do século XX. Para Vianna, o paulista moderno “era herdeiro do caudilhismo anárquico do século XVII e não da democracia Piratininga” (Ferretti, 2020, p. 69-71), e essa posição paradoxal e contraditória, marca o tempo em que o autor produzia seus textos. Durante a década de 1920, o Brasil passou por um período conturbado de crises, indo desde disputas militares pelo poder da República, até as dificuldades econômicas ao sustentar o preço internacional do café, base de sua economia. Nesse contexto, a disputa pelo controle do aparelho de Estado para controlar as políticas fiscais e de migração dá a tônica à década de 1920, culminando com o golpe de Vargas a essas elites rurais em 1930. A posição dos paulistas ligados ao PRP nessa disputa simbólica e sua “vocação” de liderança da nação é evidente em todos os escritos que li sobre esse período. Coube a Alfredo Ellis Jr. escrever a crítica mais contundente às ideias de Vianna.

Após as divisões internas referentes ao papel do PRP na construção da nação, como aponta Ferretti (2008, p. 70), formou-se um núcleo fiel ao partido que perdurou até o Golpe de 1930. Congregados com historiadores como Taunay e Ellis Jr., além da redação do Correio Paulista, principal órgão do governo de São Paulo, essa intelectualidade sustentou o status quo do republicanismo e o discurso laudatório da paulistanidade (2008, p. 71). A divisão entre os que apoiavam o liberalismo do partido e os que era antiliberais e centralistas, como Vianna,

culminou em aglutinações mais ou menos definidas. A intelectualidade artística que atuou na realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922, com seu movimento verde-amarelista e antropofágico, adotou o antiliberalismo de Vianna, mas não deixou de apoiar o liberalismo paulista aglutinado no PRP. Outra contradição do período, claramente. Ellis Jr., adotando os ideais estéticos e políticos preconizados pela Semana e vendo a necessidade de dar resposta às críticas de Vianna, sendo ele filho de um membro fundador do PRP e, ele próprio deputado estadual pelo partido entre 1926 e 1930, vai criar uma historiografia bandeirista que dê conta da “democracia paulista” (Ferretti, 2008, p. 71). Segundo Ferretti, para tanto ele:

“elaborou uma versão própria da imagem do bandeirante, articulando três características principais, todas marcadas pelo sinal da democracia: racialmente, o bandeirante seria um mestiço eugênico; socialmente, seria fruto de setores médios (com predominância plebéia); e, politicamente, seria autônomo, dotado de valores liberais e de *self-government*” (2008, p. 71)

Ellis Jr., como todos os autores do período, dedicou longas páginas à descrição do tipo racial do bandeirante em seu livro *Raça de Gigantes*, de 1926. Como aponta Ferretti (2008, p. 71), “seu objetivo explícito era contestar a tese de Vianna da existência de uma aristocracia racialmente germânica no Portugal quinhentista”. Segundo Ellis Jr., houve uma diluição dos poucos germânicos (os dólico-louros) que se fixaram na península ibérica no século XVI, para afirmação dos dólico-morenos (de origem moura) que se averiguava na população portuguesa que migrou para as Américas. Assim, segundo o autor, Ellis Jr. continua a tradição laudatória do caráter mameluco do bandeirante, fruto da mestiçagem entre “dólico-morenos” lusitanos e os índios guaianás (2008, p. 71). Segundo Ellis Jr. essa mestiçagem “teria sido a única a dar certo no Brasil, tendo o mameluco bandeirante sido fruto de uma sub-raça nova e eugênica” (Ferretti, 2008, p. 71). Esse seria o seu argumento da democracia racial defendido pelos paulistas na formação da população paulista. Vejamos bem que a questão racial, para além da controvérsia nesses autores, não implicava combater um pretense racismo na formação da população, mas, ao contrário, supor que essa miscigenação era a própria prova da democracia paulista, que herdaram todos os brasileiros. Definir a “essência paulista”, aqui, fazia parte um complexo jogo de disputa de narrativas em que bandeirantes e paulistas, nestes autores, são quase sinônimos.

Também quanto à origem social dos colonos, Ellis Jr. contestou Vianna quanto à tese da origem aristocrática do bandeirante, ressaltando as origens “plebeias” e “burguesas” (Ferretti, 2008, p. 72). Para o autor, “os primeiros povoadores do planalto paulista deveriam ser buscados nos grupos medianos que se destacavam pela sua qualidade racial, sendo os

depositários da eugenia peninsular: na plebe, na burguesia portuguesa e na nobreza empobrecida de Portugal (Ferretti, 2008, p. 72). Nesse sentido o autor alinha-se com Alcântara Machado, também membro do PRP, que afirmou serem os bandeirantes majoritariamente pobres e cooperativos, afastando-os, portanto, do ideal de opulência e abundância dos proprietários rurais defendido por Vianna. Ellis Jr. recria uma origem socialmente democrática para a sociedade paulista, muito semelhante àquela dos colonos da sociedade estadunidense no mesmo período e, indo mais além, ele afirma que a distância da metrópole, o descaso da Coroa e a pobreza da província, teriam criado condições para a evolução de uma “mentalidade de espírito liberal” que teria moldado uma psicologia política para o colono paulista predispondo-o à participação popular e à democracia (Ferretti, 2008, p. 73) Ellis Jr., conforme aponta Ferretti (2008, p. 74), parece ter oscilado na criação do tipo bandeirante entre um saxão liberal e um ibérico comunitário, que atendia ao seu projeto de defesa do liberalismo e da superioridade paulistas por meio de sua formação antro-po-social e pela pujança econômica da região.

Essa visão de uma vida comunitária, protodemocrática e impulsionada aos sertões pela pobreza da província de Piratininga Ellis Jr. retira de Alcântara Machado, que escreveu uma obra importante sobre o bandeirantismo cujo mérito reside mais na metodologia empregada. Se os bandeirantes não nos deixaram nada escrito de suas aventuras, Machado encontrou uma maneira de recriar seus feitos e se aproximar de documentos em primeira mão através do estudo dos inventários e testamentos deixados pela população registados entre 1578 e 1700, na província de São Paulo, publicados posteriormente pelo Arquivo do Estado. Seu mérito é alterar o foco da narrativa não para os grandes feitos e grandes personagens, mas analisar a vida dos cidadãos comuns da província, reconstituídos pelo que diziam estes inventários. José Luís Jobim, no prefácio a *Vida e Morte Bandeirante* (1929) já ressalta a divergência entre Machado e Vianna: “dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abundância” (Machado, 2014, p. 16). Por outro lado, Machado concorda com Vianna ao afirmar que o latifúndio é o centro gravitacional do mundo colonial, de onde partem os valores sociais e de onde se define as esferas de influência (Machado, 2014, p. 20). Machado afirma que o próprio sentido que a população de Piratininga dava às atividades sertanistas não era o que se observou na década de 1920. A esfera de influência das bandeiras era esparsa, mal definida e as vezes mesmo provisória sertão adentro. Nem mesmo esta era a nomenclatura usada à época. (p. 192) Segundo Machado, bandeira e bandeirante são palavras que não aparecem, com o sentido moderno, até 1726, e que, antes disso, as incursões paulistas eram registadas nos inventários como “entrada, jornada, viagem, companhia, descobrimento e, mais raramente,

frota” e que os integrantes das incursões não eram chamados de bandeirantes, mas antes de “homens, gente ou companhia” (2014, p. 193) Caso algum membro falecesse durante a expedição:

“de doença, ou de flechada recebida em combate, um bandeirante, o capitão determina ex-officio ou a requerimento de algum parente, arrolamento de toda e qualquer fazenda e armas... fato e ferramenta, e pólvora e chumbo... e peças que ficou por morte e falecimento do *de cujus*, que Deus tem, pra que em todo tempo conste no povoado os bens que tinha para deles haver parte os seus herdeiros. Os autos são lavrados pelo escrivão do arraial ou por um escrivão *ad hoc*, se ninguém houver, elegido ou deputado para isso. Nenhuma das complicações do processo comum. Tudo se faz e relata sumarissimamente. Nem a situação comporta, nem o feito daqueles homens tolera *palavreado inútil* do formulário forense: *imperatoria brevitatis*. Ademais é *escasso o material de escrita*. Por causa da limitação de papel vai mencionado *apenas o essencial*. Para os autos do ofício o escrivão do arraial aproveita o que lhe oferece o acaso: aqui, uns retalhos de papel, por lá o não haver; ali, o verso de umas folhas manuscritas” (Machado, 2014, p. 194).

Dessa forma é que se observa a peculiaridade de Alcântara Machado ao recriar o passado colonial da província baseando-se, não em feitos grandiosos dos bandeirantes, mas partindo da vida material cotidianamente relatada nos inventários e documentos registados no Cartório da província. Dialogando vez ou outra com os autores mencionados acima, fugiu completamente aos misticismos e contornos heroicos dos autores de seu tempo, num esforço de tentar encontrar a voz própria dos bandeirantes nos documentos que analisou de modo a saber que sentido eles mesmos davam à sua vida e à suas aventuras.

Finalmente, o último autor que quero trazer para a discussão baseou-se em todos os autores precedentes. Sua escrita situa-se no contexto da ditadura estadonovista e expõe claramente sua filiação aos ideais conservadores do Governo Vargas. Sua narrativa sobre o bandeirantismo baseou-se nos escritos de Alfredo Ellis Jr, Taunay, Paulo Prado, dentre outros (Abud, 2018, p. 27) e, como eles, também era dotada de um objetivo político. Ricardo participou do movimento Verde Amarelo, da Semana de Arte de 1922 e de outros movimentos nacionalistas e deixou-nos, entre outros escritos, Marcha para o Oeste (1942) na qual expõe todo o seu pensamento e contribuição para as políticas culturais e territoriais do governo Vargas, embora nunca fosse filiado a nenhum partido político, nem ao PRP, nem ao Partido Democrático, fundado por dissidentes descontentes do PRP.

Cassiano entendia que eram três as sociedades que formaram o Brasil durante o período colonial: a sociedade agrária do litoral, a sociedade pastoril e a sociedade bandeirante, sendo esta última a única a compor o Brasil moderno (Abud, 2018, p. 26). O aspecto significativo no modelo de Ricardo, segundo a autora, seria a estrutura social e os papéis de cada elemento racial

na bandeira: o comando pelo mameluco, o movimento pelo índio e a mineração e a lavoura pelo negro (Abud, 2018, p. 26). Segundo a autora a sua inovação estaria na inserção do negro à vida do país, ao contrário das narrativas de Ellis Jr. e Oliveira Viana, que apelavam para elementos europeus, como expus acima. Ricardo afirmava que o negro contribuía com “calor humano, abundância de sentimento e experiência sedentária na lavoura e nas minas” (Abud, 2018, p. 27).

Para Ricardo, a bandeira era um “Estado em miniatura”, visão semelhante ao “latifúndio em marcha” de Vianna. Ricardo via a formação da nacionalidade brasileira através do concurso das “habilidades” de cada raça “cabendo a chefia ao mameluco que herdou do branco a liderança; o índio [...] era aproveitado no seu nomadismo, só que nas bandeiras, ‘nomadismo dirigido’” (Abud, 2018, p.27). Cabia ao negro, por dedução, o trabalho pesado. Nesse Estado em miniatura, “a solidariedade e o sofrimento no sertão nivelariam as diferenças sociais [...] como num pequeno estado larvar e vivo” e “esse Estado tinha um caráter popular e praticava uma democracia rudimentar, onde o chefe da bandeira falava pelo povo” (Abud, 2018, p. 27). Vejamos bem que a democracia apregoada pelos paulistas é sempre uma democracia onde a participação verdadeiramente popular é afastada, num apagamento das alteridades que se supõem estar incluídas no processo da formação da nação. Independentemente do autor, essa democracia é sempre abordada do ponto de vista da direção dos “notáveis” da sociedade paulista sobre os elementos indígena e negro.

Ricardo, tal qual os autores que lhe dão base, valoriza a mestiçagem como um elemento fundamental do bandeirantismo. Mas segundo Abud (2018, p. 28), se para os autores anteriores a mestiçagem teria feito surgir uma “raça paulista” que explicava a valentia e ousadia aventureira, para Ricardo o produto central da miscigenação foi a formação protodemocrática, origem do “self-government”, primeiro paulista, e depois brasileiro. Construindo argumentos com elementos do bandeirantismo para legitimar o Estado Novo de Vargas, Ricardo insistiu nessa formação democrática por excelência, afastando o que naquele contexto seria muito difícil explicar, a saber, as versões que abarcam a “lenda negra” do padre Montoya e a escravidão indígena dos jesuítas. Abud também concorda que Ricardo reproduziu, deliberadamente, uma visão contrária à imagem então em voga porque tal imagem poderia:

“dificultar um estudo que precisa ser exato, despojado de qualquer halo conotativo de resíduos míticos, há o perigo constante da deformação diária resultante da localização demagógica da palavra por oradores, por políticos em propaganda eleitoral, ou por descendentes de velhos troncos bandeirantes” (Ricardo, 1970, p. 27 apud Abud, 2018, p. 28).

O que Ricardo mobiliza em sua construção do passado bandeirante visa exclusivamente a criar uma imagem, uma ideia-força que legitimaria o governo e seu projeto de ocupação dos “vazios” brasileiros. Para ele, a bandeira seria a gênese do Brasil e, naquele momento, também a gênese do Estado Novo. Segundo Abud (2018) o autor buscou tudo o que lhe serviria no conhecimento histórico precedente sobre as bandeiras e os transpôs ao presente: “a concentração de poderes no chefe da expedição, a expansão geográfica e a integração territorial e a formação do contorno físico do Estado Nacional, além da miscigenação como instrumento de democratização” (2018, p. 29). Fica evidente, portando, que, aludindo a uma formação democrática o autor cria uma imagem completamente diversa da que o governo intenta em seu projeto interno de poder. Nas palavras de Abud, supostamente “a bandeira representou a fé, a autoridade, a disciplina, a obediência, a hierarquia, a solidariedade - tudo, enfim, que o Estado Novo preconizava para o Brasil” (2018, p. 29). Ele criara, dessa maneira, uma ligação entre o regime varguista e a suposta demanda do povo por um governo forte e dirigista, a democracia estava no depósito do poder popular nas mãos do governo. Ricardo vai mais além, como se percebe, ao retirar de vez a figura do bandeirante das mãos do paulista, transformando-o em um símbolo nacional (Abud, 2018, p.29).

A fundamentação da nacionalidade em Ricardo teria de amalgamar o regime ditatorial e as políticas expansionistas a Oeste. Sendo assim, “as ‘novas bandeiras’ não poderiam mais ser entendidas como um instrumento específico de uma sociedade [a sociedade paulista], mas sim como um bandeirismo entendido no sentido de pioneirismo, de posse de territórios [...] da extensão da nacionalidade até os rincões onde não havia chegado a ‘civilização brasileira’” (Abud, 2018, p. 30). Cassiano manobra os ânimos paulistas de modo a ver no centralismo varguista uma estratégia nacional que prolongaria os feitos paulistas do século XVII até o século XX. Vale lembrar ao leitor que após o golpe de estado de 1930, os paulistas saíram às ruas para contestar o centralismo do poder orquestrado por Vargas no Rio de Janeiro, exigindo uma nova Constituição e demandando maior autonomia ao Estado de São Paulo frente ao Governo nacional. A conclusão é que Ricardo, como todos os autores que trouxe aqui, usou da narrativa bandeirante ao seu bel-prazer, motivado por interesses ideológicos, criando uma contra-narrativa que nada tinha de “popular”, no sentido de povo mesmo. Em Ricardo e em todos os autores é clara a ausência do escrutínio público sobre o que o bandeirantismo significava para a população de São Paulo e do Brasil em geral. Em nenhum momento desse capítulo foi possível discutir a participação popular na construção dessas narrativas supostamente totalizantes e quem formaram a nação brasileira, porque simplesmente não havia espaço para a voz do povo,

muito menos das alteridades apagadas no processo: a indígena e a negra. Os escritos foram fruto, sobretudo, de uma historiografia e uma antropologia de gabinete com propósitos políticos evidentes.

Durante a construção de Goiânia, promovida pelo governo Vargas e sua marcha à Oeste, a narrativa bandeirante foi transposta em quase todas as peças publicitárias como sendo uma continuação da ocupação paulista do século XVII criando uma pretensa identidade regional goiana que nada tinha de regional. A estátua do Anhanguera em Goiânia é uma protuberância da narrativa épica paulista que introduziu o diálogo entre as lideranças de São Paulo e de Goiás de modo a construir as condições para a ocupação moderna deste Estado. É curioso verificar, como farei no próximo capítulo, a ironia no discurso que, trezentos anos depois, introduz o meio pelo qual a “modernidade” chegaria ao Estado de Goiás: a exploração dos recursos minerais da região goiana.

Capítulo 2 – a construção do monumento ao bandeirante em Goiânia

Após esse longo percurso teórico e historiográfico acerca do bandeirantismo como narrativa de origem da nação brasileira, passarei à exposição da reverberação dessa narrativa em Goiás e o movimento pró-construção do monumento ao Anhanguera em Goiânia. Foi-me uma surpresa agradável encontrar o trabalho de Silva (2020) que condensa todo o trabalho que pretendia realizar através da análise dos 557 documentos da Coleção Band⁷ depositados no Centro de Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás. O acervo foi doado à UFG pela família de Antônio Sylvio da Cunha Bueno, em 1987, mas só em 2009 passou a estar disponível para consulta online (Silva e Pinto, 2020, p. 4).

A construção do monumento aos Bandeirantes, em Goiânia, não se deu de maneira isolada. Segundo Silva (2020, p. 66), ele esteve ligado à marcha para o Oeste promovida por Vargas, à construção da própria capital como símbolo de desenvolvimento do Brasil Central conectado ao Sudeste, à viagem da Embaixada Paulista da Faculdade de Direito de São Paulo e à construção de rodovias e da estrada de ferro que liga o interior paulista ao Estado de Goiás, numa campanha que passou por várias cidades do eixo São Paulo-Minas-Goiás.

Instalada a cidade de Goiânia em 1933, através do decreto-lei nº 3.359, Pedro Ludovico, interventor federal em Goiás nomeado por Vargas, quis que a cidade representasse a

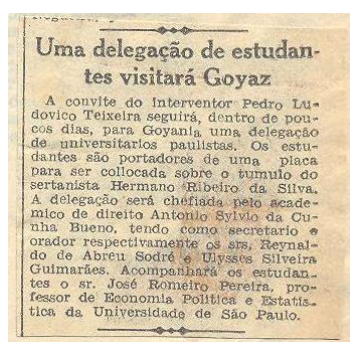
⁷ Disponível em: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes>

modernidade capitalista em meio ao sertão goiano, retirando o poder da antiga capital, a Cidade de Goiás que, por questões de localização geográfica impediam o desenvolvimento urbano (Silva, 2020, p. 74). O próprio nome eleito num concurso de jornal para a nova cidade é ilustrativo: goya [de Goiás] + neo [novo] = Goiânia, isto é, Nova Goiás (Chaul, 2009). Lévi-Strauss, em passagem por Goiânia, em 1937, apontou:

“de bom grado poder-se-ia aplicar-lhe a expressão ‘bastião da civilização’ (...) Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, quanto essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás [o Estado], nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe saturara o vazio ou lhe suavizara a rigidez, ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital, sempre passageiros, nunca residentes (Lévy-Straus, p. 118, 1996, apud Silva, 2020, p. 72).

A capital seria, nas palavras do historiador goiano Nasr Fayad Chaul, um símbolo de ascensão de Goiás aos circuitos de poder, progresso e modernidade do Sudeste (2009, p.103) É nesse sentido que Pedro Ludovico convida os acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo a uma visita à recém-fundada capital, como maneira de fazer propaganda e arrecadar fundos para a construção de Goiânia. É preciso lembrar que, mesmo com apoio do governo federal, os vultosos recursos para a construção viam-se prejudicados pela crise de exportação do café após a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

Partem rumo a Goiânia (Figura 1⁸) em 17 janeiro de 1938, 25 pessoas, entre acadêmicos e políticos de São Paulo numa comitiva denominada “Embaixada Paulista” organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além de integrar todas as outras escolas superiores incluindo a Escola Paulista de Medicina e Mackenzie College (Silva, 2020, p. 80).



⁸ Fonte: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/1/0/1074/23_141.jpg

Figura 1 – delegação paulista visita Goiás

A ironia que não posso deixar de ressaltar é que, em meio à comitiva de acadêmicos e políticos da Embaixada Paulista (EB) que visitou Goiânia, havia também vários engenheiros e mineralogistas. Liderados por Antônio Sylvio da Cunha Bueno, acadêmico da Faculdade de Direito, o grupo visitou Goiás com o “objetivo de aprofundar os laços entre os estados paulista e goiano, além de conhecer a nova capital em construção no estado central, e realizar *estudos dos solos, minerais e terras, em cidades goianas*” (Silva, 2020, p. 78, grifo meu).

Na figura 2, observamos a presença do “engenheiro Darcisio Souza Santos, professor do Instituto de Pesquisas Technologicas” e que “acompanhado pelo engenheiro Alberto Pereira Castro, seguiram para o município de Pirenópolis afim de visitar naquela região as importantes jazidas de rutilio”. Na figura 3 sabemos do estudo geológico em processo no Rio Vermelho, na Cidade de Goiás em busca de jazidas de ouro.

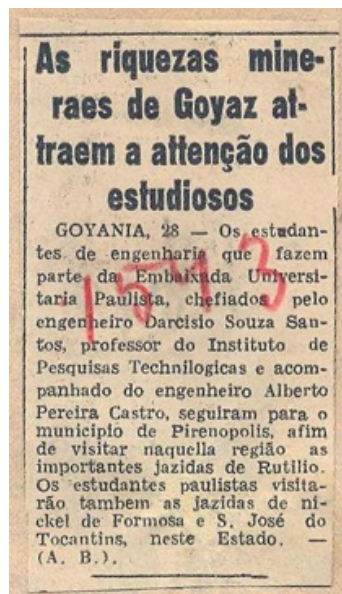


Figura 2⁹

⁹ Fonte: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/5/4/541/103_referencia_141.jpg

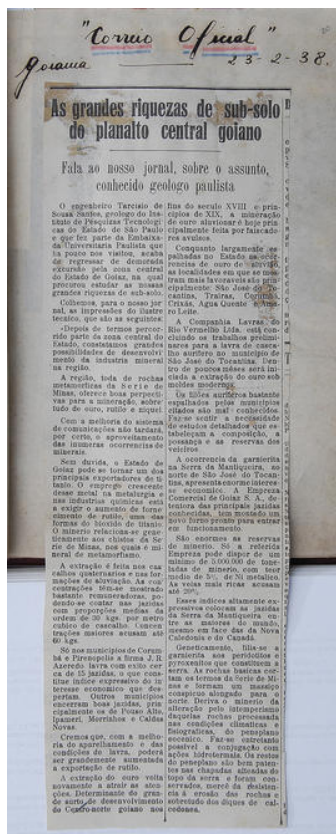


Figura 3¹⁰

Na figura 4, Cunha Bueno fala ao jornal Diário da Noite sobre as jazidas de níquel encontradas em solo goiano.

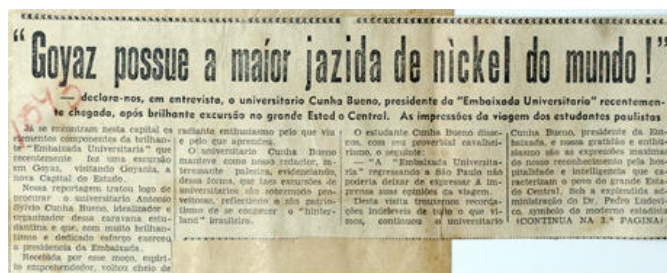


Figura 4¹¹

Conforme aponta Silva (2020, p. 70), “trata-se (...) de um projeto de interiorização associado ao minério, à construção de estradas e de um espaço administrativo de centro, para garantir o escoamento dessas riquezas e a presença dessas elites paulistanas no processo,

¹⁰ Fonte: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/9/3/939/20_141.jpg

¹¹ Fonte: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/5/4/542/110_referencia_141.jpg

baseando-se em sistemas mentais como o nacionalismo e a modernidade”. O próprio termo “embaixada” ilustra os interesses dos paulistas em solo goiano ao atribuírem-se uma função “diplomática entre os governos de Goiás e São Paulo, buscando construir uma rede entre as elites e autoridades desses estados, representando-os acadêmica, intelectual e politicamente” (Silva, 2020, p. 79).

A ironia está no fato de que Vargas apropriou-se da retórica paulista sobre o bandeirantismo, utilizando-a no que lhe servia para legitimar seu projeto de ocupação territorial do país na década de 1930, fazendo o que os bandeirantes fizeram há trezentos anos em terras goianas: explorar a terra e as riquezas minerais que supostamente possuem.

A cerimônia de recepção da comitiva, acompanhada pela Banda Militar do Estado, contou com palestras e trocas de presentes, além da visita a repartições públicas pela cidade, durante o dia, na qual estiveram presentes diversas autoridades, dentre elas Acari Passos, diretor do Museu Antropológico da UFG, Colemar Natal e Silva, um dos fundadores da própria UFG, Pedro Ludovico, Borges dos Santos, diretor da Faculdade de Direito da UFG, culminado num jantar oferecido no Grande Hotel, próximo à futura Praça do Bandeira, (Silva, 2020, p. 81-82).

A ideia para construir o monumento teria surgido em algum momento durante a visita da comitiva e não é possível dizer se foi pensada de propósito pelos paulistas, (Silva, 2020, p. 104). Levada a cabo através de intensa campanha na imprensa paulista e goiana e sob a direção de Cunha Bueno, a campanha movimentou instituições como os “Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e Santos, o Museu Paulista, a Academia Brasileira de Letras, a empresa urbanizadora Coimbra Bueno & Cia. Ltda., o Teatro Municipal de São Paulo, o Centro Acadêmico XI de Agosto, e a Federação dos Estudantes de Campinas” (Silva, 2020, p. 105). Segundo a autora, é nítido “o papel preponderante dos intelectuais, acadêmicos e empresários” durante a campanha. Além disso, as prefeituras das cidades de Anápolis, Goiânia, Rio Verde e Pirenópolis, em Goiás, Araguari e Uberlândia, em Minas, e Campinas, São Paulo, e Santos, em São Paulo ofereceram apoio à campanha através de palestras, festas e jantares beneficentes (Silva, 2020, p. 105).

Segundo a autora, dentre os agentes mais mencionados no acervo, destacam-se os “acadêmicos” e “intelectuais”, em primeiro e segundo lugar, sendo eles os que mais apareceram nos jornais, nas rádios, nas palestras, discursos e cartas (2020, p. 105), ficando os políticos em

terceiro. Pedro Ludovico e Adhemar de Barros, ambos interventores varguistas, doaram, por exemplo, cada um, em caráter pessoal, 20 contos de réis para a construção do monumento (Silva, 2020, p. 105-106).

Os argumentos levantados em favor da campanha mapeados nos discursos e palestras radiofônicas pela autora vão desde “homenagem à memória dos Bandeirantes” até “patriotismo”, “nacionalismo”, “raça paulista”, “unidade territorial” e “laços entre SP e GO” (Silva, 2020, p. 109).

A campanha ocorreu entre fevereiro e junho de 1938, fortemente impulsionada pelos acadêmicos do XI de Agosto, espalhando-se por outras cidades em ambos Estados. Em maio daquele ano, ocorre a Semana Pró-Monumento em Campinas-SP e em Goiânia -GO. Segundo a autora, também participaram da Semana as cidades “do interior paulista, Ribeirão Preto, Pirajuí, Limeira e Lins” além da Cidade de Goiás e da capital, o Rio de Janeiro (Silva, 2020, p. 112). Corrêa Jr, poeta e escritor paulista, em palestra radiofônica pela Radio Cruzeiro a 22 de abril, parabeniza os esforços das cidades envolvidas na campanha e afirma que “a alma paulista está sendo, mais uma vez, chamada a contemplar-se na transparência crystallina do seu glorioso passado histórico” e se pergunta “que cidade brasileira não se orgulharia de guardar em bronze um pedaço da glória paulista?” (Silva, 2020, p. 120-121).

Finalmente, a soma arrecadada de 250 mil contos de réis foi depositada no The National City Bank of New York pelo senhor Francisco Morato, ex-reitor da Faculdade de direito de São Paulo, escolhido para ser o tesoureiro da campanha (Silva, 2020, p. 141). Passariam à definição do tipo de estátua e quem seria o artista comissionado. O projeto final coube a Armando Zago, importante escultor paulista da época, escolhido pelo Centro XI de Agosto, sem concurso, cujo esboço final se vê na figura 5.



Figura 5¹²

O monumento foi inaugurado a 9 de novembro de 1942 (figura 6 e 7) entre homenagens à Embaixada Paulista e festa da Banda Militar de Goiás, passando pela execução do hino nacional. Tudo ocorreu “num ambiente de mais vivo entusiasmo” e “contando com a participação do mundo oficial e universitário” incluindo Antonio Sylvio da Cunha Bueno, presidente da Embaixada, Ulysses Guimarães, advogado do DASP, Pedro Ludovico, Venerando Freitas, prefeito de Goiânia, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas, o sr. Coronel chefe da 7ª circunscrição, dentre outros. (Silva, 2020, p. 170)

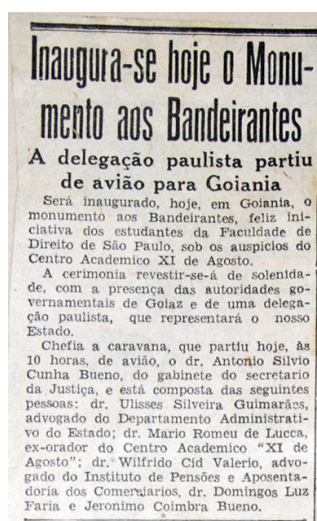


Figura 6¹³ - inauguração do monumento aos bandeirantes

¹² Fonte: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/projeto-grafico-do-monumento-aos-bandeirantes-em-goiania-criado-pelo-escultor-armando-zago-sao-paulo-26-jun-1942>

¹³ Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/4/5/4567/0243_referencia_141.jpg



Figura 7¹⁴ – Embaixada Universitária Paulista em Goiânia

O Monumento ao Anhanguera (Figura 8¹⁵) é tombado pela lei municipal n.º 6.962, de 21 de maio de 1991¹⁶, como um bem cultural de relevância histórica da cidade de Goiânia, não podendo ser alteradas as suas características arquitetônicas originais (Goiânia, Lei n.º 6.962/1991).



Figura 8 – monumento ao Anhanguera. fonte: desconhecido

¹⁴ https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/5/3/532/6_referencia_141.jpg

¹⁵ Fonte: Google Imagens

¹⁶ Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1991/lo_19910521_000006962.html

Capítulo 3 – o Anhanguera e a identidade goiana

Neste capítulo apresento os dados coletados no trabalho de campo juntamente com minhas análises sobre a relação da população goiana com o monumento ao Anhanguera.

A praça Atílio Corrêa Lima, conhecida popularmente como “Praça do Bandeirante”, é o local onde o monumento ao Anhanguera foi instalado em novembro de 1942. Objeto de várias alterações urbanísticas ao longo das décadas, esse espaço perdeu em termos de configuração espacial e de visibilidade, juntamente com o pedestal onde se encontra a estátua do Anhanguera. Originalmente maior e com destaque para o monumento em seu centro (Figura 9¹⁷), a praça acompanhou as transformações que sofreu a Avenida Goiás durante o crescimento da cidade¹⁸.

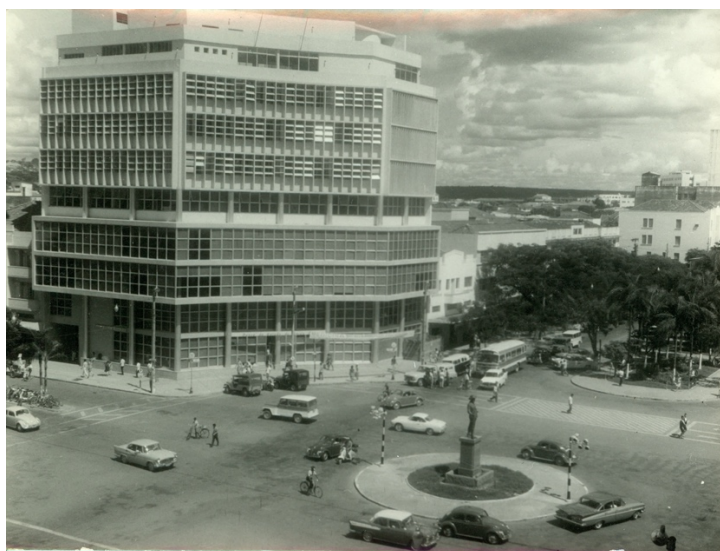


Figura 9 – Praça Atílio Corrêa Lima, década de 1960

Atílio Correa Lima, o urbanista responsável pelo traçado original da nova capital goiana, inspirou-se no urbanismo francês do início do século XX com seus boulevards e canteiros arborizados. O desenho resultou num traçado que faz referência a três dos principais rios que fazem os limites naturais do Estado de Goiás, o Araguaia (à direita), o Tocantins (à esquerda) e o Paranaíba (na base), tendo o monumento ao Bandeirante em seu centro, virado para o Oeste, apontando simbolicamente para a antiga capital, a Cidade de Goiás, além de fazer

¹⁷ Praça Atílio Corrêa Lima e estátua do bandeirante. Década de 1960. Alois Feichtenberger. Acervo MIS|GO.

¹⁸ Um resumo das transformações arquitetônicas e urbanísticas da Av. Goiás pode ser encontrado em <https://opopular.com.br/noticias/cidades/avenida-goiás-em-goiânia-passa-pela-quinta-reformulação-1.2125223> Acesso em 02.05.2022

referência à marcha para o oeste implementada por Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira. O todo do traçado é lembrado pela população goianiense como formando o manto de Nossa Senhora, com a Praça Cívica como sua cabeça aureolada (figuras 10¹⁹ e 11), muito embora não corresponda a nenhuma intenção premeditada por Atílio, mas sim uma cópia dos modelos urbanísticos franceses em voga no início do século XX.



¹⁹ Fonte: <https://cileidealves.medium.com/descubra-4-mitos-sobre-a-história-de-goiania-c8ed4b5a0fa9>
Acesso em 02.05.2022

Figura 10 – plano urbanístico de Goiânia traçado por Attilio Corrêa Lima

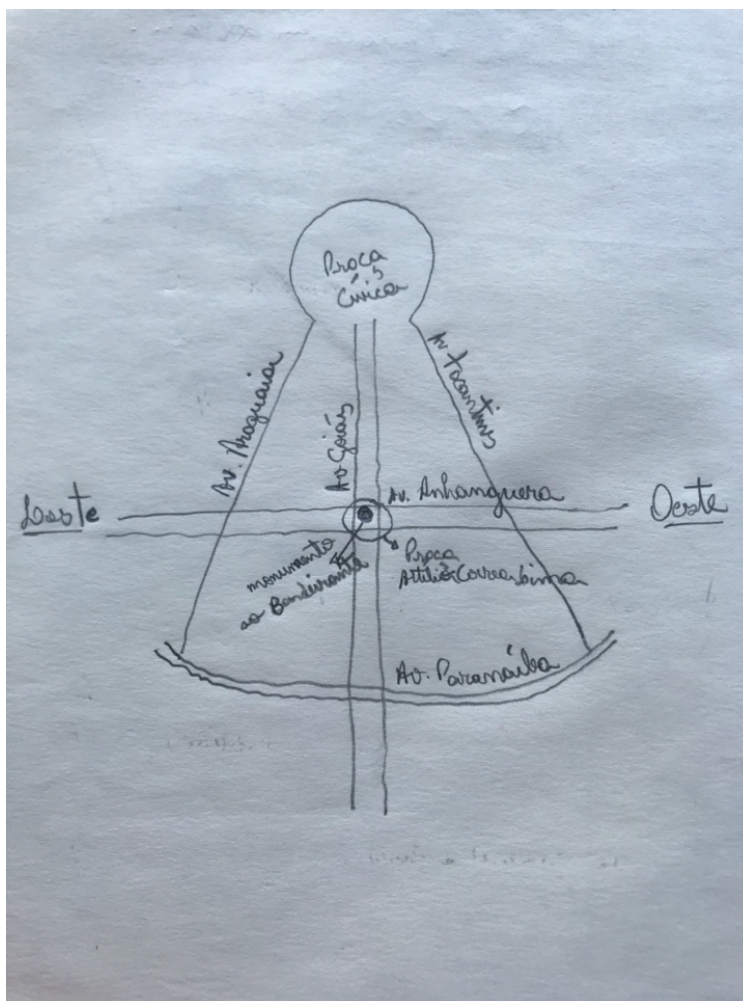


Figura 11 – Esboço do centro de Goiânia – fonte: caderno de campo

“A estátua passa o dia inteiro de castigo ali onde ela está”, disse-me um interlocutor²⁰ referindo-se às modificações que a praça sofreu ao longo do tempo para se adequar ao crescimento da população e do tráfego de automóveis. “Ela passa o dia todo imprensada por dois ônibus biarticulados”, “ela não está numa praça ou num parque num lugar de contemplação”, acrescenta. Podemos observar no documentário Eixo Anhangueira²¹, dirigido pela mestre em gestão do patrimônio Uliana Duarte, que as pessoas que transitam diariamente pela zona, dentro dos autocarros, passam pelo monumento sem lhe dar muita importância.

²⁰ Entrevista com Tiago Zancopé realizada por Whatsapp no dia 30.03.2022

²¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aC_pIRqKtM>
Acesso em 02.05.2022

Durante a coleta de dados na praça, sentei-me num dos cantos e passei a observar a estátua. Quase nenhuma interação com o monumento ocorreu durante minha observação, exceto talvez de um pombo ou outro. Isso pode ser explicado pelo fato de que a estátua encontra-se, atualmente, num local em que não se pode aceder sem saltar por cima do calçamento das avenidas, cair no asfalto da via e subir no reduzido espaço elevado em que se encontra o pedestal e a estátua (figuras 12 e 13). Não há nada que atraia o transeunte, num primeiro momento, às proximidades do monumento, a não ser quando se quer atravessar de um lado para o outro, às pressas, passando por fora das quatro passareiras que circundam o cruzamento. Essa localização impede, por exemplo, que se leia a inscrição na base do pedestal “*Ao povo goiano, nobre estirpe dos bandeirantes*” (figura 14). A estátua tornou-se, ao longo do tempo, mais distante e menos acessível, conforme se vê comparando as figuras 9, 12 e 13.



Figura 12 – reduzido espaço remanescente da praça original que abriga o monumento – acervo pessoal



Figura 13 - reduzido espaço remanescente da praça original que abriga o monumento ²²



Figura 14 – base do pedestal do monumento ao bandeirante – Acervo pessoal

²² Foto: Renato Vital. Disponível em https://www.instagram.com/p/CFkv8aPjJ_r/ . Acesso em 02.05.2022

“A estátua está numa zona muito degradada da cidade e não está num lugar que cumpra com o papel da memória e do poder” continua meu interlocutor. Em determinado momento passei a circular a praça, pelas quatro passadeiras disponíveis de modo a interpelar os passantes sobre a estátua. A grande maioria das pessoas dizia não saber quem era a figura representada ali ou não sabia dizer muito mais que “o bandeirante” ou o “Anhanguera”. Raras figuras como um senhor loiro que compra ouro em plena praça há muitos anos afirmou categoricamente que se tratava de “Bartolomeu Bueno, descobridor de Goiás e exterminador de índios”. Se a estátua foi colocada ali, no passado, para evocar o passado grandioso de Goiás, hoje parece-me que a população do centro da cidade não mais se sensibiliza, imediatamente, com aquele monumento.

“O mais incrível do Anhanguera é que ele está num cruzamento que é o destruidor com o destruído”, diz Oscar, no documentário mencionado atrás.²³ Isto é, o monumento encontra-se na junção da Av. Goiás, os indígenas do povo goiá, dizimados pela ação bandeirante, e a Av. Anhanguera, que leva o nome do Diabo Velho, o espírito mau, o Bartolomeu Bueno.

“Eu não sei quem foi, mas não deve ser coisa boa porque vira e mexe tem gente pichando a estátua”²⁴, disse uma senhora que trabalha na praça vendendo roupas numa barraca de comércio informal. Ela mencionou que de vez em quando aparecem manifestantes contra a estátua. Em minhas observações não tive a oportunidade de presenciar nenhuma manifestação específica contra a estátua, mas pude participar, como ouvinte, do lançamento do curta-metragem “Nenhum genocida de pé”²⁵ gravado em 04 de dezembro de 2021, que registrou ato de um grupo feminista contra o governo Bolsonaro, também acusado de genocídio pela gestão da pandemia do coronavírus de 2020. Amalgamando e repudiando as duas figuras “genocidas”, o grupo se disse guiado pela divindade Oya Yansã, a Santa Bárbara na tradição católica. Segundo os organizadores, o evento serviu para conceder

“lugar de fala e espaço de visibilidade a mulheres de luta que não aceitam honrarias a homens que representam o estupro de mulheres indígenas, o roubo de terras e o extermínio dos povos originários do Brasil. Se depender da força e da raça femininas goianienses, todos os “diabos velhos”, os de ontem e os de hoje, como o Bolsonaro, serão tombados no chão. Nenhum genocida de pé!”

Durante a live de inauguração, Cida Alves menciona que o povo que assistia a performance dos coletivos perguntaram ao operador de *drone* se haveria “uma macumba” ao

²³ Ver 13’59”

²⁴ Fala de uma interlocutora na praça

²⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EUX1nwSG7h8> Acesso em 02.05.2022.

pé da estátua por associarem mulheres de vermelho e fogo às práticas ditas satanistas comumente associadas a religiões de matriz africana pela população cristã do Brasil.

Em todo o evento de lançamento do curta-metragem²⁶ as mulheres presentes²⁷ salientaram sua dor e demonstraram a vontade de que a estátua fosse derrubada e substituída por uma mulher indígena, que, segundo elas, representaria melhor as origens de Goiás. No curta-documentário as mulheres participantes da performance bradavam

“Tronco!
Chibata!
Epidemia!
Nos mata!
Somos Búfalas!
Força e Raça!
Aqui não tem gado!
Abaixo o patriarcado!
Fora machistas!
Fogo no opressor!
Os raios e os ventos!
Axé!
Nenhum genocida de pé!”²⁸ (grifo meu)

Durante o ato, a multiartista Lina Granados usou malabares incandescentes para “criar uma ilusão de óptica de que a estátua dum figura memorável que não faz honra ao gênero feminino aparece como se estivesse pegando fogo”²⁹.

A referência ao fogo é não é aleatória. Reza a lenda que o Anhanguera pai teria ameaçado incendiar os rios ateando fogo em uma porção de álcool (figura 15), impressionando os índios goiá que revelaram, amedrontados, o local onde se encontrava o ouro que lhes adornavam o corpo. Esse episódio é que ter-lhe-ia rendido a alcunha de *añã'gwea*, ou seja, o Anhanguera em tupi aportuguesado, o diabo velho. Ouvi também a expressão “diabo verde”, por ter Bartolomeu pai buscado incessantemente as esmeraldas que eram conhecidas no território goiano. Bartolomeu acreditava haver muitas esmeraldas na lendária “serra dos martírios”, que nunca chegou a encontrar. Esse epíteto, porém, é menos mencionado pelos entrevistados e só o ouvi uma vez. O diabo velho ligado ao fogo parece ser a associação mais

²⁶ A live do evento pode ser acessada pelo canal da Casa de Vidro Ponto de Cultura <
<https://www.youtube.com/watch?v=zGcuI4YwksE>>

²⁷ Vários coletivos participaram da realização do lançamento: Bloco não é não, Coró Mulher, Circo Laheto, Linda Granados, AMB Goiás e Conexão Feminista Goiás

²⁸ Poema manifesto escrito por Dorany Mendes Rosa e Livia Assis

²⁹ Depoimento da artista no curta-documentário. Ver 9'00”

evidente na memória dos goianos, porém, se antes o Anhanguera ameaçou o povo originário de Goiás com fogo, agora “são seus descendentes que queimam seu filho e sua memória”, disse-me uma interlocutora. Quando perguntei a ela o porquê de usar expressões como “fogo nos genocidas” e usar fogo nas performances-protesto ela me respondeu que “é mais simbólico que só tacar tinta, se ele queria nos queimar, nós é que queimamos ele”.



Figura 15 – Bartolomeu ameaça incendiar os rios – Theodoro José da Silva – Museu Paulista³⁰

A referência ao fogo também aparece nas obras do artista plástico Diogo Rustoff (figuras 16 e 17³¹), na qual goianos anarquistas dançam após terem ateado fogo na estátua do Anhanguera.

³⁰ Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/anhanguera-theodoro-josé-da-silva-braga/hAFzwdHu-ktk5g?hl=pt-br> Acesso em 02.05.2022

³¹ Disponível em <https://www.instagram.com/diogo.rustoff/> Acesso em 02.05.2022. Obras apresentadas na exposição “Invasões bárbaras” do autor em outubro de 2021.



Figura 16 – anarquistas dançam após atearem fogo no Anhanguera

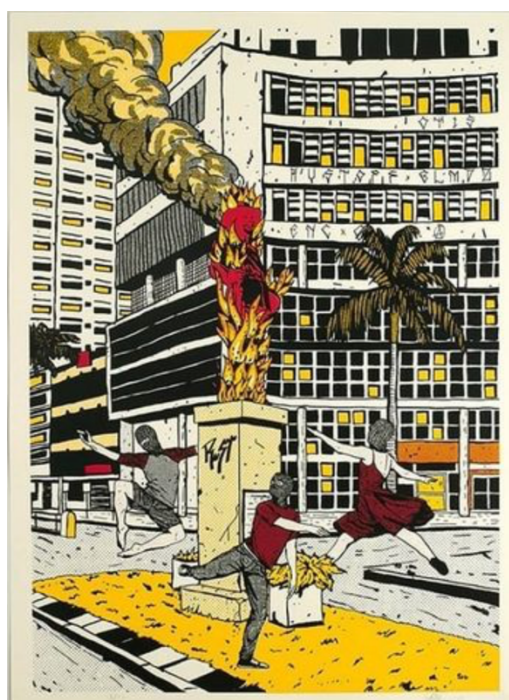


Figura 17 anarquistas dançam após atearem fogo no Anhanguera

Observei que o movimento feminista, o movimento feminista negro e o movimento das mulheres indígenas estão juntos na defesa da retirada da estátua. O Dia da Mulher, comemorado em oito de março é frequentemente marcado por manifestações feministas e anticoloniais como em 2017 (figuras 18 e 19), em 2018 (figuras 19 e 20) e em 2020 (figuras 21 e 22).



Figura 18 – *post* da artista feminista Sophia Pinheiro em seu perfil do Instagram - Marcha 8 de Março de 2017 – Praça do Bandeirante³²



Figuras 19 e 20 – *posts* da ativista indígena Mirna Kambeba Omágua Yetê em seu perfil do Instagram³³

³² Disponível em <https://www.instagram.com/p/CRuLzFVnqbe/> Acesso 02.05.2022.

³³ Disponível em https://www.instagram.com/p/Bf_LkGuFxf/ Acesso em 02.05.2022



Figura 21 – *post* da ativista negra Manu Jacob, ligada ao Partido da Solidariedade



Figura 22 – *post* de Hariel Vignet³⁴

“Símbolo da colonização do Estado de Goiás”, “referência de como os povos indígenas foram massacrados”, “essa estátua estar no centro da cidade até hoje é uma resposta do quanto a cultura indígena é desvalorizada no estado” afirmou Mirna Kambeba Omágua Yetê, professora e ativista indígena, em entrevista realizada pelo Whatsapp³⁵. Quando perguntei se

³⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/p/B9e6wvvn7uX/> Acesso em 02.05.2022

³⁵ Entrevista realizada em 05.04.2022 com Mirna Kambeba Omágua Yetê. Ela me salientou que “kambeba” é o nome que o colonizador lhes deu. Seu sobrenome “verdadeiro”, autodenominado é Omágua Yetê, ou “povo da água”.

ela se identificava com a estátua do bandeirante ela respondeu que “a identidade goiana não tem muita referência dos povos indígenas. Eu não me identifico com essa estátua, com essa cultura” e acrescentou: “como vai haver algum índio em Goiás se os bandeirantes expulsaram todos?” Assim como as mulheres manifestantes do documentário “Nenhum Genocida de Pé”, ela também gostaria de ver no lugar bandeirante uma estátua de uma mulher indígena. “Seria um ótimo jeito de retomar esse espaço e dialogar com essa comunidade sobre a cultura dos povos indígenas”. Ela ainda me mostrou duas fotos do arquiteto, ilustrador e ativista Yuninni Terena, indígena da etnia Terena que ilustra seu desejo (figuras 23 e 24).

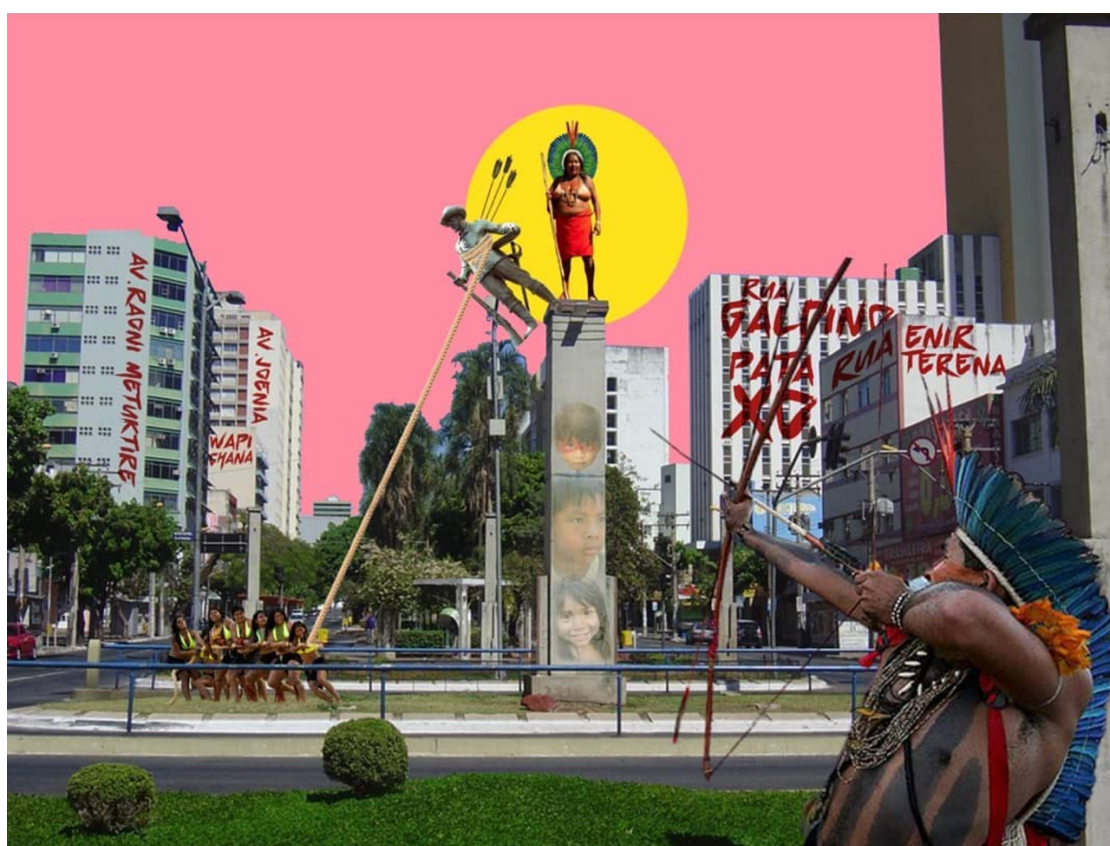


Figura 23 - indígenas derrubam a estátua do Anhanguera³⁶

Ela defende “que se mude o nome, mesmo que o popular” dos logradouros da região central, através de um projeto de lei “pra derrubar essa colonização que massacrou os povos indígenas”. Vemos na figura 23 que os nomes de todas as ruas e prédios ao redor da praça foram

³⁶ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CHq7ZudnuTE/> Acesso em 02.05.2022

substituídos por personalidades indígenas e a estátua do bandeirante foi substituída por uma mulher indígena.



Figura 24 – mochila com bordado inspirado na colagem digital de Yuninni Terena³⁷

Conheci também o artista Urucum (José F. Machado Alecrim), indígena da etnia Krahô-Kanela através de sugestão sua. Ele também propôs uma mulher como substituta para a estátua (figura 25).

³⁷ Fotografia cedida do acervo pessoal da entrevistada

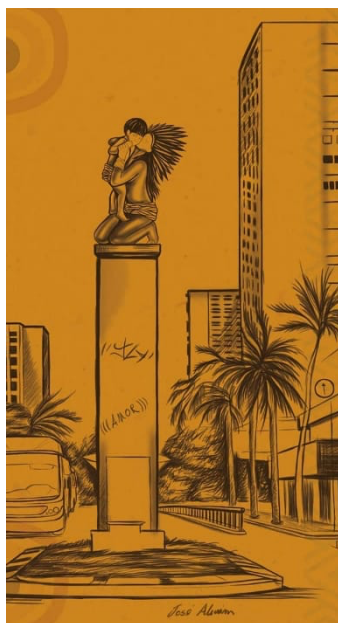


Figura 25- ilustração feita por Urucun (José Machado Alecrim)³⁸

Por fim, ela ressalta que “o movimento negro e o movimento indígena estão muito unidos” e ao ler *Quilombo Resiste* (figura 26) no pedestal do monumento ela vê “uma força, um movimento para derrubar a colonização”.

Marta Quintiliano³⁹, mulher goiana da comunidade quilombola Vó Rita, do município de Trindade, região metropolitana de Goiânia, também vê a discussão avançar em relação à estátua e pensa que “a estátua vai sair de lá algum dia”. “Uma indígena mulher do povo Tapuia; a dona Dainha, ancestral negra quilombola” poderiam ser as candidatas a tomar seu lugar. “Tem várias personalidades, pessoas que contribuiriam mais que o bandeirante para estar ali; eu gostaria de ver uma mulher negra, ou indígena, ou quem sabe as duas”.

³⁸ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CQUREQfHJpj/> Acesso em 02.05.2022

³⁹ Entrevista realizada em 29.03.2022 por WhatsApp



Figura 26 – *Quilombo Resiste* – pixação no pedestal do monumento ao Anhanguera – Acervo pessoal

Durante o trabalho de campo reparei que o pedestal está mais elevado que aquele nas fotografias mais antigas da cidade (Figuras 27 e 28). A praça era espaço de lazer e de atividades cívicas e a estátua encontrava-se mais visível e mais acessível ao público. Inicialmente com 3,50m de altura, o pedestal foi elevado após uma manifestação de maio de 2003, ficando a uma altura de 9m, conforme relatou-me um entrevistado⁴⁰. Ele esteve na manifestação do Dia do Trabalhador em 2003 e se lembra que, embora não tenha havido embates com a polícia, alguns oficiais acompanharam a manifestação. “Eles estavam dando cacetada na estátua ao tentar derrubar a placa que instalamos no bandeirante. Mesmo sendo menos alta na época eles não conseguiam subir”. Perguntei se eles tentaram de alguma forma impedir a manifestação ou foram violentos e ele respondeu que “não teve confronto, foi uma intervenção artística. Passariam vergonha se atacassem”. Vê-se na figura 29 um policial com cassetete na mão.

⁴⁰ Entrevista realizada com Thiago Lemos em 30.03.2022 por WhatsApp



Figura 27 – corrida de carros - década de 1970⁴¹



Figura 28 – desfile na praça do bandeirante⁴²

⁴¹ Corrida na Praça do Bandeirante, década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo MIS|GO

⁴² Desfile na praça do bandeirante. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo MIS|GO



Figuras 29 e 30 – manifestação do Dia do Trabalhador em 2003 – acervo pessoal do entrevistado

Thiago lembrou-me de outra manifestação na qual houve confronto com a polícia na praça do Bandeirante. Em 2017, durante a repressão a uma manifestação contra a reforma da previdência proposta pelo Governo Federal o estudante foi ferido gravemente pela polícia com um golpe de cassetete na cabeça⁴³. A ação dos chamados *black blocs*⁴⁴ teria iniciado a repressão policial. “As vidraças são mais importantes que as pessoas” comentou um entrevistado⁴⁵ próximo à estátua durante o trabalho de campo. Ele, que já participou de manifestações próximo à estátua relata que é comum, no Brasil, a polícia proteger a propriedade privada, a vitrine dos bancos, das lojas em casos de depredação como a que ocorreu em 2017. Não ficou claro se a estátua em si foi alvo de intervenção dos manifestantes⁴⁶. Quando lhe perguntei se o Anhanguera faz parte da identidade cultural dos goianos ele respondeu que “as pessoas mais novas ninguém conhece a história do Anhanguera” e que “aquela história é uma memória oficial de uma colonização de que significa violência e estupro, em algum momento essa história foi verdadeira, mas hoje não é mais”. A foto da figura 31 me foi enviada por um interlocutor e

⁴³ Ver <https://g1.globo.com/goias/noticia/estudante-agredido-por-pm-durante-protesto-participa-de-audiencia-em-goiania.ghtml> Acesso em 03.05.2022

⁴⁴ Sobre o fenômeno dos *black blocs* no Brasil ver https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html

⁴⁵ Entrevista com Vinícius Gaddi em 06.04.2022

⁴⁶ Nem Vinícius nem Thiago se lembram se houve pichação ou qualquer outra intervenção na estátua no caso Mateus, nem encontrei indícios nos arquivos de jornal que mo confirmassem.

tanto ele quanto Silva (2019) desconhecem a autoria e o contexto da foto. Segundo meu interlocutor a fotografia foi tirada após 2016/2017 porque a partir daí, por outras fotografias podemos observar as pichações de “fora Temer” e “fascistas” feitas após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. A fotografia poderia ser do confronto entre *black blocs* e manifestantes de 2017, mas resta a confirmação. Perguntei a diversas pessoas se tinham memória de episódios recentes de incendimento da estátua e ninguém soube dizer.



Figura 31 – Anhanguera em chamas – autoria e data desconhecidas

Durante as entrevistas percebi a recorrência da referência a uma cultura que os bandeirantes deixaram, mas que era repudiada pela população hoje. Numa entrevista em dupla⁴⁷, apesar de as interlocutoras mencionarem o extermínio indígena, elas afirmam que herdamos “o boi, o agronegócio, o peão, que se relacionam muito bem com a natureza”. “A identidade goiana é fruto da cultura sertaneja, que veio com os bandeirantes”. O chapéu⁴⁸, a culinária e a vida rural foram mencionados. A maioria das representações de bandeirantes na iconografia ou literatura reproduzem o chapéu como peça de indumentária.

⁴⁷ Entrevista realizada em 06.06.2022

⁴⁸ Ver <https://opopular.com.br/noticias/magazine/chapéu-é-elemento-fundamental-da-cultura-e-indumentária-do-povo-goiano-1.2024008>

A culinária é outro ponto que supostamente teria sido herdado dos bandeirantes. Foi a primeira vez que ouvi diretamente algo “positivo” na fala dos entrevistados. Neste ponto, em uma conversa informal com o administrador da página “Goiás tem história” na Instagram⁴⁹, o arquitecto Alexandre José Perini, ele menciona a peculiaridade de Goiás em relação a Minas Gerais quanto à herança culinária da Brasil colonial. Segundo ele, nas Minas Gerais a culinária é eminentemente portuguesa e em Goiás, a culinária resultou num misto de carne bovina e culturas indígenas como o milho, o quiabo, o pequi e a mandioca, muito embora Minas Gerais tenha sido constantemente habitada por gente de São Paulo.

Thiago Zancopé⁵⁰ já havia sinalizado que “os bandeirantes iam incorporando hábitos alimentares e técnicas de caça dos indígenas que levaram escravizados nas bandeiras”. Essa suposta herança é frequentemente citada em artigos de jornal, como no Especial Gosto de Goiás, Antropologia da Culinária Goiana⁵¹, porém apenas uma receita é tombada como patrimônio imaterial goiano, a chica doida⁵², bolo salgado de massa de milho recheado com linguiça e queijo. Esta receita, contudo, data do século XX e não há ligação com a história da colonização de Goiás. Dos bandeirantes, segundo o Especial, herdamos o hábito de comer “tudo junto”, isto é, todos os pratos num mesmo prato, e também as “panelinhas”, espécies de mexido à base de arroz em que se misturam diversos ingredientes, desde carnes a legumes. Como as viagens ao interior eram longas e os alimentos se estragavam no caminho, “a solução era misturar tudo em óleo ou em sal, para que os alimentos se conservassem” ele acrescentou.

A referência ao “extermínio dos índios goiá” e à “escravização do povo negro” predominam como “herança” ou “patrimônio” nas entrevistas presenciais com os interlocutores. Culinária, expansão territorial e fundação de cidades praticamente não foram mencionados, com exceção do relatado acima. Provavelmente porque o perfil dos entrevistados era mais jovem e ligado a movimentos sociais e culturais cuja predisposição para contestar a narrativa histórica oficial é maior.

O resultado foi similar ao que obtive das respostas à enquete que propus no Instagram. Criei cinco caixas, cada uma com uma pergunta, a saber:

⁴⁹ Disponível em <https://www.instagram.com/goiastemhistoria/>

⁵⁰ Entrevista realizada em 30.03.2022

⁵¹ Disponível em <https://conteudo.opopular.com.br/e-book-gosto-de-goias> Acesso em 03.05.2022

⁵² A chica doida foi tombada em 12 abril de 2022 pela Lei Estatual nº 21.307.

- 1) Você é goiano/a?
- 2) Quem foi o Anhanguera, a estátua no centro da cidade?
- 3) O Anhanguera faz parte da identidade cultural dos goianos? Por quê?
- 4) Que contribuição aos brasileiros os bandeirantes deixaram?
- 5) Se não o bandeirante, quem representaria melhor o povo goiano?

Tornei meu perfil público nesta rede social e pedi que divulgassem ao maior número de pessoas possível, atingindo a meta pré-estabelecida de 60 respondentes⁵³. Quanto à primeira pergunta, recebi um total de 74 respostas, na qual 58 responderam que eram goianos e 16 não o eram. Para segunda pergunta obtive 67⁵⁴ respostas. As principais categorias que surgiram seguem acompanhadas do número de repetições.

- a) Bandeirante – 41
- b) Não sei – 8
- c) Bartolomeu Bueno da Silva – 5
- d) Assassino – 4
- e) Desbravador – 4
- f) Genocida – 4
- g) Pioneiro – 4
- h) Explorador – 1
- i) Invasor – 1
- j) Viajante -1
- k) Fundador -1
- l) Tropeiro - 1
- m) Matador – 1

No total temos 76 denominações em respostas independentes, sendo que as vezes duas denominações apareceram na mesma resposta, como “bandeirante desbravador” ou “bandeirante genocida”.

⁵³ Defini o número da meta em 60 porque tive receio de não conseguir analisar cada resposta em cada caixa.

⁵⁴ Os números variam porque nem todos responderam às cinco perguntas da enquete.

Quanto à terceira pergunta, obtive 58 respostas. Oito pessoas responderam *não saber*, 24 disseram que *não* e 26 responderam que *sim*. Para os que acham que ele faz parte da identidade cultural goiana as justificativas principais foram⁵⁵:

- a) Faz parte porque foi uma imposição;
- b) Faz, mas por um lado mais negativo na história;
- c) Faz, porque o monumento é uma expressão estética do imaginário cultural;
- d) Faz, mas de forma pejorativa;
- e) A cultura goiana está mais próxima do arquétipo do homem branco que do indígena;
- f) Faz, porque ajudou na construção do Estado;
- g) Faz parte de um ideário colonial passado de cima para baixo pelos grupos dominantes;
- h) Faz, porque é representante da cultura sertaneja da região;
- i) Sim, porque iniciou o desbravamento, é exemplo da cultura caipira;
- j) Sim, pois foi um dos exploradores do Brasil;
- k) Faz, muito da cultura brasileira é resquício dos costumes bandeirantes como o feijão tropeiro, a carne seca, o queijo e a rapadura;
- l) Símbolo do homem destemido;
- m) Faz porque está presente na cultura, na história, na cidade, no nome das ruas e também na ideologia;

Para os que disseram que o Anhanguera não faz parte da identidade cultura goiana as principais justificativas foram:

- a) Não, porque são poucos os goianos que conhecem a história;
- b) Não, porque só fica representado na estátua mesmo;
- c) Faz parte da história, mas não faz parte da cultura;
- d) Pode ser que tenha feito mas, como muitos símbolos perdeu significado;
- e) Não faz porque não assentou a cultura goiana na minha cabeça;
- f) Não faz porque não era parte do povo originário daqui;
- g) Não porque os goianos não se identificam com ele ou com a cultura do desbravamento;
- h) Não me sinto representado;

⁵⁵ Reproduzi as respostas tal qual aparecem nas caixas de respostas do Instagram, apenas modificando a grafia para o português padrão, por exemplo, substituindo “n” e “pq” respetivamente por “não” e “porque”, além de acrescentar pontuação. Também agrupei as respostas similares, resultando nestas 13.

- i) Faz parte apenas da identidade cultural dos fazendeiros goianos.

O termo “desbravador” aparece na enquete e com frequência nas conversas informais, nas entrevistas e no material bibliográfico. Um interlocutor me chamou a atenção para o verbo substantivado. “Des-bravar”, é tornar menos bravo? Quem? O índio? Mas ele é bravo em relação a quê?” Seja em relação à natureza ou ao “selvagem” é recorrente nas narrativas sobre a povoação de Goiás o uso do verbo “desbravar”. “Acho o termo péssimo, fica parecendo que só tinha bárbaros”⁵⁶.

É interessante notar, também, a resposta que identifica o povo goiano mais próximo do “arquétipo do homem branco” que do indígena, e que o Anhanguera não faz parte da identidade cultural goiana porque “não era parte do povo originário”. Para a grande maioria dos entrevistados e dos respondentes à enquete, não lhes pareceu ser conhecido que Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, na verdade é a amálgama de dois personagens de mesmo nome, o pai e o filho. Coube ao pai “descobrir” as terras e o ouro de Goiás, em bandeira de 1682, protagonizando a alegoria do fogo na aguardente e, a seu filho, quarenta anos depois, partir de Santana do Parnaíba, em 1722, e fundar arraiais e vilas, controlar as rotas de mercadorias, fixar residência e gerar descendentes em Goiás. O Anhanguera pai seria o “pai do Estado” e o Anhanguera filho seria o “pai do povo” goiano. A história e o mito confundem-se e homogeneizam-se na personagem mítica representada na estátua do Anhanguera. Não parece ser conhecido que o Anhanguera filho não era nem português, portanto não era branco, nem era índio, mas um “mameluco”, isto é, mestiço de indígena e branco, na terminologia colonial.

“O mameluco Anhanguera – não português, não índio – morreu injustiçado pelos reinóis ou emboabas de São Paulo. Contudo se seu esforço desbravador e colonizador não foi reconhecido pelos reinóis, tampouco o seria pelos nativos. A ambiguidade originária do Anhanguera, gerada pela miscigenação, legou-lhe interpretações também ambíguas sobre sua pessoa. Traído e vitimado, morre o herói mítico dos sertões de Goiás [...]” (Tamaso, 2006).

A associação do Anhanguera com a figura do colonizador branco configura um erro factual, porém bastante assentado na tradição local. Mas, como afirma Tamaso, nem os goianos “brancos” nem os indígenas (e quilombolas) tampouco se identificam com sua imagem. “Faz parte da história, mas não faz parte da cultura”. A ambiguidade não foi resolvida mesmo com a identificação e homogeneização de pai e filho.

⁵⁶ Resposta à enquete do Instagram

Os paulistas parecem ser os únicos a lembrar a dualidade genética do Anhanguera, pai e filho aparecem separados em sua iconografia, estando o pai representado numa escultura de mármore em frente ao Parque Trianon, na Avenida Paulista em São Paulo (figura 32) e no Museu Paulista (figura 33). A estátua do filho foi doada pelos paulistas e se encontra em Goiânia.



Figura 32 – O Anhanguera -Av. Paulista, São Paulo⁵⁷



Figura 33 – O Anhanguera – Museu Paulista⁵⁸

A cultura “sertaneja” e “caipira”, dos “fazendeiros de Goiás”, está bem registrada nas artes e na literatura goianas. O chapéu, o boi, as tropas e as paisagens rurais aparecem em várias conversas informais para além das entrevistas já apresentadas aqui. A paisagem poética evoca pela canção “Chico Mineiro” da dupla Tunico e Tinoco⁵⁹, muito popular em Goiás, recria a vida dos tropeiros, confundidos muitas vezes com os bandeirantes, que viviam trabalhavam transportando gado entre uma cidade e outra, abastecendo de alimentos as cidades de exploração aurífera. O interessante nesta canção é que os personagens transitam pelas cidades fundadas por Bartolomeu Bueno filho após retorno a Goiás, em 1722, como Ouro Fino. Ouro

⁵⁷ Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/378662> Acesso em 03.05.2022

⁵⁸ Disponível em <http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#> Acesso em 03.05.2022

⁵⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=On3Cx-Pn7uI&t=30s> Acesso em 03.05.2022

Fino⁶⁰ era importante posto de paragem para os tropeiros oriundos de São Paulo e Minas Gerais em direção à antiga capital de Goiás (figura 34).

A canção conta a lenda de Chico Mineiro, tropeiro que resolve ir tentar a vida em Minas Gerais com José Mendes, que canta os versos da música. Após enriquecerem viajando os sertões de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, Chico Mineiro é assassinado por um desconhecido numa Folia do Divino Espírito Santo, em Ouro Fino, Goiás, após uma longa viagem de tropa. No meio da confusão José Mendes descobre que ele e o amigo Chico Mineiro eram irmão separados em pequeno. Esta canção cantada em tom dramático e forte sotaque caipira é um símbolo da cultura boiadeira que alimentava o ciclo do ouro no Brasil rural e católico. A canção é tão conhecida nos três estados que a lenda faz mudar o sobrenome a depender da região, Chico Mineiro em Minas, Chico Paulista em São Paulo e Chico Goiano em Goiás, independentemente da immortalização na letra da canção. Em Goiás as ruínas de Ouro Fino fazem parto do Caminho de Cora Coralina, percurso turístico até a antiga capital de Goiás e a lenda do Chico Mineiro é lembrada como parte do folclore local⁶¹.

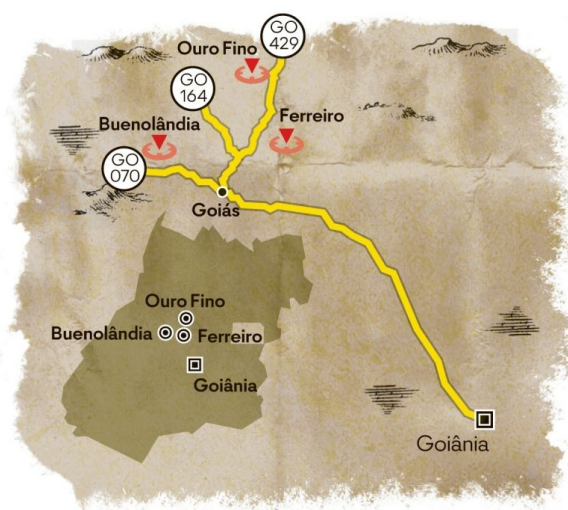


Figura 34 – mapa de Goiás

Chico Mineiro

*Fizemos a última viagem
Foi lá pro sertão de Goiás.
Foi eu e o Chico Mineiro
também foi um capataz.*

⁶⁰ Ver <https://opopular.com.br/noticias/magazine/as-descricoes-de-ouro-fino-1.2028849> Acesso em 03.05.2022

⁶¹ Ver <https://www.goiias.gov.br/servico/118980-um-dos-%C3%ADcones-da-cultura-de-goiias,-a-figura-de-chico-mineiro-representa-o-ciclo-dos-tropeiros-do-nosso-estado.html>

*Viajemo muitos dia
pra chegar em Ouro Fino
aonde nós passemos a noite
numa festa do Divino.
A festa estava tão boa
mas antes não tivesse ido
o Chico foi baleado
por um homem desconhecido.
Larguei de comprar boiada.
Mataram meu companheiro.
Acabou-se o som da viola,
acabou-se o Chico Mineiro.
Depois daquela tragédia
fiquei mais aborrecido.
Não sabia da nossa amizade
porque nós dois era unido.
Quando vi seu documento
me cortou o coração
de sabê que o Chico Mineiro
era meu legítimo irmão
(Tonico e Francisco Ribeiro, 1946)*

O tom ufanista do governo Vargas e seu projeto de colonização do Oeste impulsionou o Estado de Goiás a criar seus símbolos e heróis, “expressão estética do imaginário cultural” ou uma “imposição” de elementos que “ajudaram na construção do Estado”.

Essa diversidade de elementos mencionados na resposta à questão dois pode ser observada no brasão de armas do Estado de Goiás (figura 35), como me chamou a atenção uma interlocutora. Segundo informações no site oficial do governo do estado⁶², o formato de coração representa a localização no centro do país; também estão presentes os ramos de café e de fumo, de arroz e de cana; o campo amarelo representa a riqueza mineral. No canto azul está representado o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal e o cometa Biela e em baixo está a bateia ardente utilizada pelo Anhanguera para ameaçar os índios.

⁶² Ver <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/simbolos-estaduais.html> Acesso em 03.05.2022



Figura 35 – brasão de armas de Goiás

Regina Lacerda⁶³, importante escritora e folclorista goiana com diversas obras publicadas, encarregou-se de escrever um livro infantil destinado “às crianças goianas”⁶⁴ que visava à apresentação desse legado bandeirante e a “descoberta” de Goiás por Bartolomeu Bueno. Em “Histórias que o homem de bronze contou”, de 1981, (figura 36) todos elementos presentes no brasão de armas e muitos dos elementos históricos ou folclóricos apresentados até aqui aparecem elencados numa narrativa alegórica protagonizada pelo Anhanguera, de cima de seu pedestal, em conversa com Pedruca, Marcinho e outras crianças. A autora passa por quase duzentos anos da história de Goiás, desde a primeira viagem de Bartolomeu pai, passando pelo episódio do fogo, pelo seu retorno a Goiás e pela guerra com os índios, culminando na participação de Goiás na independência de Portugal e na proclamação da República.

⁶³Ver <https://www.aflag.com.br/academicas/38-regina-lacerda> Acesso em 03.05.2022

⁶⁴ Trecho da dedicatória

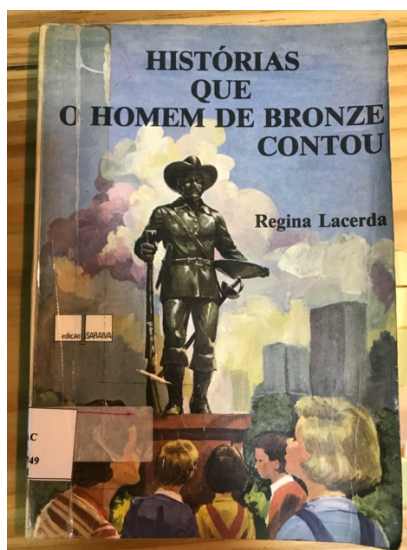


Figura 36 – Capa do livro de Regina Lacerda – acervo pessoal

Na apresentação do livro, Bernardo Élis, outro importante escritor goiano afirma:

“livros como o de Regina Lacerda, dentro de sua simplicidade, são cada vez mais preciosos e precisos. [...] vão instilando no espírito dos jovens ou dos leigos certos dados, certos fatos, e de repente eis o indivíduo ferroteado por dúvidas e curiosidades [...] até se tornar um estudioso nessa aventura tão fascinante que é o povoamento de Goiás e o *estabelecimento nestas plagas de uma civilização do tipo europeu*, como está acontecendo. Tratemos, pois, de editar e distribuir fartamente o livro de Regina Lacerda, que irá interessar a muita gente dos 7 aos 70 anos” (grifos meus).

É evidente o juízo de valor do autor em relação ao elemento branco da narrativa bandeirante apresentada no livro de Lacerda. A ideia de que o bandeirantismo estabeleceu as bases de uma “civilização do tipo europeu” deixa latente a associação de Bartolomeu ao homem branco, pioneiro do progresso e da modernidade, tal como queriam os paulistas. Este livro é parte do esforço das elites intelectuais em fixar determinada narrativa da História de Goiás e seus heróis direcionada às crianças em idade escolar.

“-Então você fala como gente? Nunca vi homem de ferro conversar.
- Escute bem, primeiro não sou de ferro: sou de bronze. [...] você e todo mundo devia saber que eu falo. Não estou aqui à toa, não sou enfeite da cidade. Estou aqui é para falar, para contar história. E você gosta de história? [...] Desde menino eu era bandeirante, viajava com meu pai e fazia coisas que bem Batman nem outro super-heroi teriam coragem de fazer. Nós é que descobrimos o Estado de Goiás. (Lacerda, 1981, p. 15-16)

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - IHGG também se ocupou de fixar esta narrativa em suas publicações. Em 1940, no lançamento da pedra fundamta de sua sede Colemar Natal e Silva, seu primeiro presidente, discursava:

[...] o historiador de hoje imbuído das *noções científicas do determinismo histórico*, do determinismo econômico, precisa-se colocar *a distância, de muito alto, de muito longe*, para encontrar a harmonia dos fatos, para bem cumprir a missão de coordenador de éras e épocas distintas. *Essa homogeneidade o historiador não encontra nos fatos em si, éle a faz*. A História de Goiás será uniformizada dentro da *orientação moderna, filha do grão de cultura e civilização do século 20*. [...] não mais a exploração desordenada; não mais a conquista bruta do solo e do gentio, não mais a fome do ouro e sim a preocupação extensa e profunda de se ligar o passado ao presente [...] Uniformizar, tornar homogêneos esses fatos pra que no *seu curso evolutivo*, o sociólogo encontre a significação, a razão de ser deles, orientando-se *na marcha para o futuro* (Natal e Silva, Goiânia, 01 de maio de 1940⁶⁵, grifos meus)

A partir dos grifos do texto percebe-se o papel homogeneizador do discurso e o projeto pedagógico que orientará as publicações da instituição pelas próximas décadas, isto é, imbuídos pela forte concepção positiva, objetivista e evolucionista associada às Ciências Sociais brasileiras do início do século XX e que tinha o progresso como mote ideológico da marcha para o oeste varguista.

Em 2022, reaberto após total remodelação de sua sede para as comemorações dos 90 anos de seu nascimento e dos 300 anos da chegada de Bartolomeu Bueno a Goiás, a instituição prepara uma coleção comemorativa em cinco volumes que focará a “resinificação do vocabulário, alimentação, costumes e valores ameríndios e afro que compõem a sociedade goiana, quase sempre olvidados no inconsciente coletivo” conforme Nilson Jaime, da Sociedade Goiânia de História da Agricultura⁶⁶. Resta saber se haverá debate público sobre a narrativa histórica a ser registrada nessa nova obra.

Jales Mendonça, em seu discurso de posse como diretor do IHGG, em 05 de maio de 2021 afirmou que tem intenção de restituir a dignidade e fazer representar as mulheres e indígenas esquecidas pela narrativa oficial:

“defendo igualmente o equilíbrio de tratamento ao nosso *dúbio* legado bandeirante. Indagado recentemente sobre o *meu apoio ou não à retirada da estátua do Anhanguera* do centro de Goiânia, *advoguei uma solução conciliatória, isto é, a edificação de uma estátua de Damiana da Cunha*⁶⁷, em frente àquela e com as mesmas dimensões. Desse modo,

⁶⁵ Disponível em https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=36&EDI_IDEN=47 Acesso em 03.05.2022

⁶⁶ Entrevista concedida a Jales Naves para o jornal A Redação em 02.02.2022. Disponível em <https://www.aredacao.com.br/noticias/163022/estao-definidos-os-primeiros-passos-para-a-celebracao-de-300-anos-de-goias> Acesso em 03.05.2022.

⁶⁷ Damiana, mulher Panará-Caiapó, neta do cacique Angraí-ocha, foi entregue por ele para ser criada pelo governador da província de Goiás, Luís da Cunha Meneses. Nasceu por volta de 1779 e morreu em 1831. cristianização de Damiana, no entanto, não levou à perda da sua língua materna e nem a separou do seu povo, considerado bravo e selvagem, um entrave à ocupação colonial da região central do país, o que permitiu que a menina crescesse entre dois mundos diversos e antagônicos: o do branco colonizador e o do indígena, inferiorizado e buscado para ser mão de obra do empreendimento colonizador.

Ver <https://centrocultural.ufg.br/n/146368-diarios-de-viagem-de-damiana-da-cunha> Acesso em 04.05.2022

homenagear-se-ia a desconsiderada memória dos indígenas e das mulheres ao tempo em que se preservaria o emblemático marco anhanguerino. (Mendonça, 2021, IHGG, grifos meus)⁶⁸

“Dúbio legado bandeirante” é o contraste que observei nas respostas à quarta pergunta da enquete do Instagram e que parece ilustrar a percepção do diretor de que a representação do bandeirante em Goiás não é mais tão pacífica quanto se supõe nos circuitos intelectuais, embora proponha uma abordagem conciliatória.

As principais categorias usadas pelos respondentes para descrever o legado dos bandeirantes para o Brasil, de modo geral, foram:

- a) categorias “positivas” – expansão do território, desenvolvimento, modernismo, abrir caminhos, urbanização, expansão e abertura de rotas de comércio.
- b) categorias “negativas” – exploração, genocídio, prejuízo, destruição, latifúndio, colonialismo, extermínio, complexo de inferioridade, rastro de sangue, escravidão, grilagem, ódio, mentiras, assassinato, abuso, morte, corrupção, coronelismo, imposição de uma cultura e opressão.

As categorias “positivas” apareceram em menor número, totalizando 7 contra 19 “negativas” num total de 61 respostas, sendo que duas ou mais categorias apareceram em uma única resposta, em alguns casos, apontando para a contestação da narrativa bandeirantista pelos goianos. Se essa figura ambígua e fronteira do bandeirante não representa boa parte dos goianos de hoje, quem melhor ficaria em seu lugar naquele pedestal? As respostas à quinta e última pergunta da enquete foram variadas. Foram 63 respostas que, agrupadas, propuseram 32 sugestões que variaram de personalidades da cultura e da política a elementos da fauna e flora do estado. Duas pessoas não souberam quem ou o que sugerir.

As sugestões foram:

- a) população sertaneja

⁶⁸ Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjtlSzG38T3AhVzDtQKHRZ_CqEQFnoECAwQAQ&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.unievangelica.edu.br%2Findex.php%2Frevista-ihgg%2Farticle%2Fdownload%2F6152%2F4239&usg=AOvVaw1QmW_bZKVZ1D4O6tlw9Qg4 Acesso em 03.05.2022

- b) povo Kalunga
- c) Iris Resende – ex-governador
- d) Artistas goianos
- e) Indígenas
- f) Pedro Ludovico – interventor em Goiás e fundador de Goiânia
- g) Cora Coralina - poetisa
- h) Bariani Ortêncio – escritor, folclorista e compositor
- i) Marconi Perillo – ex- governador
- j) Geraldino Nogueira – contador de “causos”
- k) Leonardo – cantor
- l) Veiga Valle – artista
- m) Carlos Brandão – gestor de cultura contemporâneo
- n) Hugo de Carvalho Ramos – poeta
- o) Camponês
- p) Fazendeiro
- q) Pequi
- r) Quilombolas
- s) Pamonha
- t) Lobo-guará
- u) o caipira – tipo social
- v) agricultores
- w) o Anhanguera
- x) Marília Mendonça – cantora
- y) O rio Araguaia
- z) Carro de boi
- aa) O povo goiano
- bb) Santa Dica – líder social e religiosa
- cc) Agricultores
- dd) Fauna do cerrado
- ee) Flora do cerrado
- ff) Ambientalistas que defendem o cerrado

A diversidade de referências que apareceram na enquete dão a pista de que o debate acerca da identidade goiana é variado e disperso. Os respondentes sugeriram símbolos diversos ao mesmo tempo como “pamonha e lobo-guará” ou “carro de boi e Cora Coralina”, por exemplo.

A falta de um símbolo mais ou menos fixo, mais ou menos difundido e compartilhado pela população local também se reflete na Câmara dos Vereadores de Goiânia. Nesta casa, contudo, encontrei disputas mais acirradas e pude observar um movimento de reação às propostas que pretendem derrubar a estátua do Bandeirante

Em outubro de 2007, uma reportagem veiculada pelo programa de TV “Fantástico”, de alcance nacional, entrevistou pessoas na Avenida Paulista, em frente à estátua de Bartolomeu Bueno pai. A reportagem⁶⁹ contou com um professor de história que perguntava às pessoas quem era a pessoa ali representada.

Em 19 de fevereiro de 2008, motivado pela reportagem, o vereador Pastor Rusemberg Barbosa, vice-Presidente casa, apresentou projeto de lei⁷⁰ na Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Goiânia propondo a retirada do monumento ao Anhanguera do centro da cidade e, além de devolver a estátua para o Centro Acadêmico IX de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, propunha a “revisão dos conteúdos dos livros e manuais da historiografia acerca dos bandeirantes, ministrados nas unidades de ensino infantil integrantes do Sistema Municipal de Educação”⁷¹.

Na justificativa para o projeto, o pastor afirmava ser necessário “passar a história a limpo”, “desmistificar a figura dos bandeirantes” e “eliminar uma situação profundamente constrangedora, que há 66 anos perpetua um flagrante dano moral aos povos indígenas e seus descendentes”, terminando com a pergunta

“É justo manter no pedestal do seu cruzamento mais movimentado como expoente de heroísmo, a ser cultuado e reverenciado por toda a população a figura de quem na verdade simboliza os predadores de índios, destruidores de tribos, dizimadores e escravizadores de populações indígenas, saqueadores e espoliadores das riquezas minerais do solo goiano?” (Projeto de Lei nº08/2008).

⁶⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=znvQooJfBbU> Acesso em 04.05.2022

⁷⁰ Projeto de lei nº 08/2008 Pr. Rusemberg Barbosa. Processo nº 00000.000.149.2008-54. Disponível em <https://www.goiania.go.leg.br/processo-legislativo/> p. 44. Acesso em 03.05.2022

⁷¹ Art. 3º da Proposta de Lei nº 08/2008

Ele defende a reformulação dos livros de história porque, segundo ele, transmitem uma “versão equivocada, preconceituosa e estereotipada” dos fatos e que se deve ressaltar a “violência e a barbárie” ausentes nesses livros “uma vez que é justificada por valores e normas do sistema colonial”.

Analisando a transcrição da sessão legislativa⁷², pude observar o embate das narrativas e os argumentos dos vereadores a favor e contra a retirada.

Ao propor o projeto e defender a substituição da estátua do bandeirante por uma de Atílio Corrêa Lima, o debate é lançado.

“É um absurdo que um homem que projetou o Plano Piloto desta cidade, Atílio Correia Lima, tem um busto já deste homem pronto, e ninguém faz nada Senhor Presidente, e está lá, o bandeirante, ocupando inutilmente aquele espaço” (p. 20)

O vereador Bruno Peixoto sobe à tribuna:

“sou cidadão *goianiense, goiano, brasileiro*, não posso negar em momento nenhum, a nossa origem e a nossa história, respeito o Pastor Rusembergue no seu projeto, mas quero aqui dizer que *sou extremamente contra a retirada da estátua* do Bandeirante daquele local, até mesmo porque, que *não podemos negar a nossa origem!* Não podemos esconder a nossa história! Sou contra! E afirmo. [...] Não nego, nem escondo a história dos nossos antepassados, que *podem sim ter sofrido*. Mas esta memória tem que ser preservada, tem que ser lida e registrada nos Anais da História. Tem o meu apoio Pastor Rusembergue, para valorizar a história, mas *para esconder a história, jamais!* Não permitirei enquanto estiver nesta Casa. [...] Atílio Correia Lima, o autor arquitetônico da nossa cidade, tem sim que ter um espaço, mas *não retirar uns para colocar outros*”. (p. 21, grifos meus)

O pastor replica:

“O que quero com essa matéria? [...] *Quem foi Bartolomeu Bueno da Silva? Herói ou vilão? Eis a questão*. Eis a pergunta. Esses homens exploraram Goiás por 50 anos levaram 150 toneladas de ouro desse Estado e está aí, num cruzamento principal da nossa cidade como herói e essa geração que está chegando hoje aqui não conhecem, esses homens cometeram a maior atrocidade, estupraram *nossas índias*, levaram *nossos índios* para serem comercializados em São Paulo e está aqui como herói. *Herói fabricado pela história*. Vamos discutir com a sociedade ainda que não seja removida, mas *o Bandeirante será para Goiânia o que a Bomba Atômica é para Hiroshima*”. (p. 22, grifos meus)

Neste momento o vereador Mizair Lemes toma a palavra, concordando com Peixoto:

“Eu também concordo com o Vereador, eu acho que nós *não temos aqui que retirar da história de Goiânia e sim prestigiar outros*, mas que Goiânia é grande e tem muitos lugares que possa ser prestigiado. Pastor Rusembergue está de parabéns pelo projeto que apresentou aí, que vai engrandecer a história de Goiânia, mas tem lugares que pode estar colocando essa estátua com essa grande homenagem”. (p. 23, grifos meus)

⁷² Cópia obtida através de solicitação à Divisão de Taquigrafia da Câmara Municipal de Goiânia.

E menciona a participação de um cidadão interessado na matéria que compareceu à sessão para demonstrar apoio à permanência da estátua:

“Quero que seja constado como presença honrosa o senhor Sebastião Carlos Borges, que é morador do Setor Cândida de Moraes, ele ouviu uma entrevista do Vereador Rusembergue e ele **ficou indignado** também com essa história de retirar ali a estátua. Então ele fez questão de vir aqui, porque ele acha que é do tempo da história, ele acompanhou a história, e acha que as pessoas que acompanharam aquele momento sabem o valor que tem a história de cada pessoa que representa aqui o município de Goiânia no Estado de Goiás” (p. 23, grifos meus)

Em resposta a Lemes, o vereador Djalma Araújo discorda:

“A história que conta no livro de História são os **vencedores vilões**. Olha só a questão do Bandeirante, dos Bandeirantes do Brasil, o Vereador coloca atrocidade, os crimes, na verdade Bartolomeu foi um grande assassino, assassinou índios, assassinou em busca do ouro. Então essa história precisa ser contada, o Prof. Wanderlan sabe muito bem disso, qual foi a trajetória. Agora, nós **não podemos ficar nos prendendo ao saudosismo**. As pessoas que cometeram crimes pelo fato que a história precede é preciso que a gente possa também estar discutindo, **mudando o nosso comportamento** em relação aos vilões, em relação aos assassinos [...] eu conjungo com essa bandeira” (p. 23, grifos meus).

O vereador Elias Vaz toma a palavra e apoia o projeto do Pastor Rusemberg, porém comenta que, mesmo retirando a estátua e alterando o nome da praça, como sugeriu a ativista indígena Mirna Kambeba Omágua Yetê acima, o povo continuará se referindo a ela como “praça do bandeirante”:

“não adianta colocar outro nome [...] Eu, sinceramente acho louvável que o Vereador Rusembergue, e o próprio Vereador Maurício Beraldo terem levantado essa discussão é preciso esclarecer a história do povo de Goiânia. Mas eu acho assim também que isso é uma coisa sem eficácia porque, pode até mudar o nome do Anhanguera, também é uma homenagem ao assassino, mas não adianta, o povo vai chamar de Avenida Anhanguera, e pode tirar o Bandeirante lá que o povo vai continuar chamando de Bandeirante. Uma coisa é esclarecer para a sociedade, e eu acho louvável[...] **mas não adianta, isso aí é uma coisa que fica para a história, a população é que dá o nome, acabou, vai ser esse nome aí para o resto da vida, não adianta, não é formalmente que vai resolver essa situação**” (p. 24).

O pastor Rusemberg retoma a tribuna para esclarecer que haverá escrutínio público:

“nós vamos discutir com a sociedade. [...] teremos uma Audiência Pública com a FUNAI, nós precisamos discutir. Vamos reunir todos os segmentos organizados, as entidades protetoras do índio, nós já tivemos um contato com a Universidade Católica para discutirmos essa questão. Não se trata de tirar a estátua do Bandeirante, mas dizer de que ele não é herói de coisa nenhuma, conforme a Gaviões da Fiel⁷³. [...] Olha, é preciso se resgatar a história, gente, aonde é que nós estamos? O Fantástico fez uma enquete no dia 10 de outubro do ano

⁷³ Samba-enredo da escola de samba Gaviões da Fiel de 2008, *Nas Asas dos Gaviões, Rumo ao Portal dos Sertões - Santana de Parnaíba: Berço de Bandeirantes*.

Disponível em <https://www.vagalume.com.br/gavioes-da-fiel-sambas-enredos/samba-enredo-2008.html> Acesso em 04.05.2022

passado “Bandeirantes, heróis ou vilões?” Botou um homem vestido de bandeirante e percorreu quatro mil quilômetros... **Conclusão da reportagem: Vilões.** Esses homens não fizeram nada a não ser explorar esse país. Vamos contar essa história conforme têm que ser contada, meus amigos. Espera aí, até quando esta sociedade vai ser enganada? Até a história da nossa cidade é uma corrupção” (p. 24-25, grifos meus)

O vereador Professor Wanderlan assume a tribuna e, como professor de história, se diz muito satisfeito com a proposta do Pastor Rusemberg:

“[...]ssim que esse projeto chegar na Comissão de Educação nós vamos fazer uma discussão bastante ampla a respeito desse projeto. Mas fico como historiador, bastante lisonjeado com o interesse da Câmara sobre o assunto. E, assim que chegar à Comissão de Educação a gente “faz uma discussão didática, realmente, social a respeito do assunto”. (p. 25)

A fala do vereador Maurício Berardo, na sequência, foi longa, apaixonada e contundente em seu apoio à derrubada da estátua. Dirigida aos “intelectuais de escrivadinha que ficam nos seus quartos escrevendo história e não vão para o dia-a-dia do povo” que, em sua opinião, reforçam as narrativas elitistas, ele discursou:

“Eu até vi, lendo as matérias nos jornais nas últimas semanas a posição de alguns intelectuais sobre esse projeto do Pastor Rusembergue. E é triste ver que tem alguns intelectuais na cidade de tanto desconhecimento e tão retardado e atrasado. Podia perguntar era aos índios se eles querem que o assassino da sua raça aqui na praça sendo elogiado, um troglodita de um bandeirante que veio para Goiás roubou 150 toneladas de ouro, mandou para Portugal, roubou nossa riqueza, destruiu a nossa natureza, ameaçou pôr fogo nas águas que é o bem maior do Estado de Goiás e nas matas. [...]Realmente a história tem que ser revista, se não fosse revista [...] certamente que a estátua do Hitler ainda permaneceria nos locais que o Hitler foi vitorioso, porque a história no primeiro momento é contada só pelos vencedores[...]. Posteriormente quando as coisas mudam os derrotados também tem direito a voz [...]Ora, a referência de Hitler onde ele passou e colocou a estátua, a estátua foi derrubada. O Stalin, na União Soviética quando fez a abertura foi derrubada a estátua do Istalin e foi retirada a estátua de muitos que oprimiram, Saddam Russein, eu vi a estátua dele ser derrubada também. [...] Eu quero chamar os intelectuais aqui, o projeto não é meu não é do Pastor Rusembergue, mas é um projeto inteligente porque chama os derrotados para contar a sua história [...] são os índios que foram assassinados, eles têm que vir aqui agora falar se quer um Diabo Velho com bacamarte quando nós incentivamos a paz. O exemplo em Goiânia é um sujeito com a carabina debaixo do braço? [...] eu vi intelectual dizendo: “mas esses vereadores não têm o que fazer, não?” que venham fazer o debate com o Pastor Rusembergue [...]e principalmente com aqueles que foram violentados e assassinados pelo Diabo Velho, pelo Anhanguera que dão mau exemplo à população armada. Nós estamos discutindo o desarmamento, a não violência e a paz e tem um busto com uma arma do tamanho do mundo na Praça do Bandeirante e com um prato de fogo na mão, ameaçando queimar matas e rios quando nós defendemos o meio ambiente, a pelo amor de Deus, vamos reescrever sim a história e vamos derrubar sim busto de ditadores, assassinos [...] é importante não deixar a história se repetir, principalmente quando a história é de violência e de massacre contra o povo” (p. 26-27)

O Pastor Rusemberg responde ao colega citando outros nomes que poderiam substituir o Anhanguera como o primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas ou mesmo Pedro Ludovico Teixeira, fundador da cidade. O senhor Djalma Araújo pede a tribuna, mas o vereador Amarildo Pereira passa à frente tomando a palavra, interrompendo o Pastor Rusemberg:

Senhor Presidente, se a gente for analisar a história da colonização do nosso país, e pela história daqueles que vieram para o Brasil, para desbravar, para colonizar, nós vamos ter que apagar a memória, inclusive de Dom Pedro I, Dom João VI, da Princesa Isabel. E, eu quero deixar de lado [...] essa história, porque também alguns países que destruíram as suas estátuas, foram países que viveram um momento de guerra, de massacre, massacre de quase todo um país, como é o caso da Alemanha, que massacrrou. Hitler massacrrou quase uma raça. Que, Saddam Russein destruiu praticamente um país. E eu quero mudar, eu quero mudar o nível dessa discussão, porque ***o Brasil não vive esse momento de guerra, de revolução, o Brasil vive um momento de transformação***, o que é totalmente diferente do momento de guerra, de um momento de, de ataque às instituições. [...] acho que ao invés de a gente lutar pela destruição lá da estátua do Anhanguera, eu gostaria de sugerir que se colocasse a estátua de Pedro Ludovico Teixeira na Serrinha. Porque na verdade, [...] foi da Serrinha que o Pedro Ludovico avistou Goiânia, e de lá ele decidiu que se fosse feito a capital do Estado de Goiás, aqui. [...] em vez dessa luta [...] para tirar o Anhanguera, que na verdade o Anhanguera foi considerado Diabo Velho, não foi por ele, foi pelos índios. Que quando ele incendiou o álcool os índios acharam que ele poderia incendiar também todas as águas. E se nós o rotulamos de Diabo Velho, eu não estou aqui defendendo Anhanguera. Parece que foi ele mesmo que dizia que era o Diabo Velho. E na verdade foi considerado “Bartolomeu o Diabo Velho” porque colocou fogo naquele prato e falou “oh, é o Diabo Velho.” Então Senhor Presidente eu não quero entrar nesta questão, porque é uma questão polêmica. Mas dizer que Goiânia também [...] deveria entrar num processo de luta pelo Palácio das Campinas. Tão tradicional na nossa capital, que hoje tem um prédio velho lá na Praça Cívica e que ninguém sabe a história daquele palácio. Quantos prefeitos? (p. 29)

A fala de Amarildo, um tanto caótica, revela a dificuldade em estabelecer o que se quer preservar e o que se quer ressignificar. A dificuldade em se ater aos fatos históricos ou alegóricos, não somente em relação ao episódio do fogo na bateia e a própria origem do termo “diabo velho”, mas em relação à confusão entre os símbolos míticos da fundação do Estado, da antiga Cidade de Goiás e da atual Goiânia. Bartolomeu Bueno pai, que pôs fogo na bateia, confundeu-se com o filho, que de fato fundou as primeiras vilas goianas e que por sua vez são confundidos com as personagens fundadoras de Goiânia, como Pedro Ludovico, já no início do século XX.

O Pastor Rusemberg pede um minuto, mas Amarildo nega e continua:

“E acho que é bom até que ***um maranhense*** como Vossa Excelência venha defender a nossa cultura goianiense, do Estado, de goianiense mesmo, de goianidade. Vossa Excelência foi inspirado verdadeiramente por um espírito bom em vir defender a nossa cidade. Porque Vossa Excelência nasceu lá no Maranhão e teve a oportunidade de defender a comunidade goianiense, aqui como legítimo cidadão que é hoje. [...] Então eu não gostaria, Vereador Rusembergue Barbosa, de ir à Praça do Bandeirante retirar a estátua que já está lá. Eu nasci em Goiânia, Vereador Bruno Peixoto, meu pai amigo do seu pai Tião Peixoto. Tinha o Bar Goiás e antigamente tinha alguns lugares para passear em Goiânia, eu ***era menininho e passeava***. Era a Praça do Bandeirante, você ia lá à Fonte do Paladar, ou então, você ir à Praça Cívica ver o Palácio, passear por lá. [...] E uma geração toda foi criada acostumada a ir à Praça do Bandeirante. Quer dizer, ***se o Bandeirante cometeu atrocidades na nossa cidade é uma questão que ele tem que decidir isso é lá com Deus***, não é com a gente. Agora, ***historicamente o Bartolomeu Bueno da Silva passou pelo Anhanguera. Ele andou por ali. Ele esteve ali historicamente e, colocou ali ou que seja de bom, ou que seja de ruim, uma marca na Capital que é a Avenida Anhanguera***. E trocar aquilo ali [...] parece também que nós não queremos ter a lembrança do que é a verdade. Tirar o Bandeirante de lá não vai diminuir as atrocidades, a violência contra os índios, o ouro que foi levado. Pelo contrário, vai é fazer o povo esquecer. Não pode esquecer. Agora, naquela época Vereador Bruno

Peixoto, também não tinha muita alternativa. O camarada vivia aquela lei de olho por olho e dente por dente. Não é verdade? O camarada não tinha o diálogo que nós temos hoje. O entendimento que tem hoje. A educação que nós temos hoje. A condição que o cidadão tem de entender e interpretar as coisas. Ainda acontecem muitas coisas, mas agora, ***eu não quero aqui criticar Bartolomeu Bueno da Silva. Eu estudei isso quando era menino no Pré-escolar, e acompanhei a vida historicamente.*** E parece que derrubar aquele monumento lá na Praça do Bandeirante ***vai agredir a história se nós vivemos um momento pacífico e não em momento de guerra. Bartolomeu não trouxe a guerra. Bartolomeu não trouxe para cá a Bomba Atômica. Ele foi um homem errante de um tempo talvez, mais um*** desbravador. Então, Senhor Presidente, eu quero preservar com toda humildade, eu quero pedir desculpas a Vossa Excelência, não quero polemizar, eu quero preservar, lutar com Vossa Excelência para pôr o Pedro Ludovico lá na Serrinha ou em qualquer outro lugar onde a população queira, sem que a gente crie um estado de ânimo, de guerra, parecendo que o que foi feito antes não vale nada. ***Não! Bartolomeu Bueno da Silva foi importante para a história de Goiás e de Goiânia, e Pedro Ludovico foi importantíssimo para criação da nossa capital.*** Ao invés de ir lá, entrar com Vossa Excelência nessa luta negativa de destruir eu quero entrar, com Vossa Excelência numa luta positiva. ***Talvez até colocar o até colocar o Pedro Ludovico do lado do Bandeirante, para o povo ver quem matou e quem construiu!*** Derrubar parece que nós estamos derrubando a memória do nosso povo e nós não podemos fazer isso (p. 31-32, grifos meus)

É curiosa a sinalização do vereador quanto à naturalidade do Pastor Rusemberg. Ao apontar o fato insinua a suposta ilegitimidade de um forasteiro, um não-goiano, intrometer-se na história “que estudou quando era menino” e “acompanhou a vida historicamente”, isto é, a vida inteira. O vereador confunde, novamente, ao final de sua fala os lugares de memória e as personagens da Cidade de Goiás e de Goiânia (*ele andou por ali*). Bartolomeu Bueno nunca esteve em Goiânia. Ele é personagem da memória dos vilaboenses, da antiga capital do Estado. Ai sim Bartolomeu pisou.

O Pastor Rusemberg logo lhe responde e lhe aponta a confusão:

“Eu só queria saber do Ilustre Vereador Amarildo Pereira, onde que Bandeirante passou aqui em Goiânia? Porque ***aqui em Goiânia ele não pisou os pés***, lá em Goiás sim [...]Essa estátua de Bandeirante aí é um ***presente de Grego*** do Centro Acadêmico 1º de Agosto lá de São Paulo, para onde ela deverá voltar. É para lá, porque aqui ela não deve permanecer não, ilustre companheiro! Pois é, amigo, preste atenção, a verdadeira história, a verdadeira história; esses homens vieram para cá pela Coroa Portuguesa. Portugal estava endividado pelos produtos manufaturados que usava da Inglaterra [...]E esses homens vieram para cá só para levar o minério desse país. Essa é a realidade. Esse país sempre foi um país dominado. Agora nós precisamos resgatar a história. E é isso que nós vamos fazer aqui nessa Casa de Leis!” (p.32)

O vereador Paulo Borges, irritado, toma parte na discussão ao ver o entrave entre Rusemberg e Amarildo:

“É lamentável [...] nós iniciarmos os trabalhos dessa forma. Primeiro: história não se mexe. História é História. E o ser humano que perde a sua história ele perde na verdade o seu caráter, a sua dignidade, a sua formação. Agora eu queria nesse momento sugerir aos nobres vereadores que pudéssemos apresentar aqui um projeto conjunto, para nesse momento trazer para dentro do plenário: Atílio Correia Lima, Bartolomeu. Trazer para cá o cavalo de Pedro Ludovico e quem mais puder, para ver se tem quorum aqui dentro. Porque Presidente, na primeira sessão, olha aqui Presidente, nós não temos quorum, e nós estamos discutindo

sexo dos anjos. Ou seja, quem é que vai ficar naquela pequena praça ali do centro. Presidente, nossa cidade precisa de respeito. E eu quero aqui sugerir que todas essas estátuas, que os cavalos de Pedro Ludovico, que todo mundo venha para cá para o plenário para ver se a gente tenha quorum, para poder trabalhar por essa cidade.

O vereador faz referência a “trazer para dentro do plenário Atílio Correia Lima, Bartolomeu e o cavalo de Pedro Ludovico” porque quer encerrar a pauta e dar encaminhamento às outras propostas de projeto. Ele convida os parlamentares que se interessam por estes símbolos a retornarem ao plenário para formação de *quorum* e votação do projeto.

Nesse ínterim o vereador Maurício Berardo retorna à tribuna, criticando a irritação do vereador Paulo Borges que demonstrou não ser tão importante essa batalha das estátuas:

“está correto o debate aqui. Já iniciando com debate polêmico e importante para a cidade. Olha bem; uma cidade criada na concepção de Goiânia, **uma cidade moderna, uma cidade que já pensava aí a questão da Art Decor e todo pensamento moderno, trazer o retardo de um Bandeirante para por dentro de Goiânia. [...] essa figura está no lugar errado.** Isso é um retardo para a cidade que nasceu de uma perspectiva moderna do ponto de vista evoluído, de uma cidade que nasceu para fazer a qualidade de vida de a população votar em alguém que ameaçava queimar água e matas de Goiás. Isso é um retardo e a mudança da história é em qualquer momento” (p. 33)

Enquanto os vereadores voltavam ao plenário, o Pastor Rusenmberg relembra que “às 15 horas Dom Tomas Balduino o Conselheiro da Comissão Pastoral da Terra estará visitando esta Casa e trazendo o seu apoio a este projeto”.

Com apenas 17 vereadores presentes o quórum não foi atingido, portanto o projeto não foi votado e a sessão encerrada pelo presidente.

A menção a D. Tomás não é circunstancial. Ele, que foi bispo da Cidade de Goiás de 1967 a 1999, associou-se à líderes evangélicos da cidade para defender a não recolocação da Cruz do Anhanguera (figuras 36 e 37) após a enchente de 2001. Também foi o responsável por introduzir a Igreja do Evangelho (ou Igreja progressista), adepta da teologia da libertação, na Cidade de Goiás. Esta ideologia promoveu uma releitura do mito bandeirante, acusando claramente o Anhanguera de “algoz, assassino e covarde” (Tamaso, 2006, 2007). Aparece novamente aqui, portanto, a parceria das diferentes denominações cristãs, católicos e evangélicos à favor da retirada da estátua do bandeirante. Os dois símbolos ligados ao Anhanguera são atacados. A cruz, encontrada em Catalão, sudoeste de Goiás, fora transportada para a cidade de Goiás, após intensa disputa entre catalães e vilaboenses (Tamaso, 2006) da

mesma forma que a estátua de Bartolomeu Bueno, presente dos paulistas, deveria lhes ser devolvida.



Figura 37 – Placa de identificação cruz do Anhanguera pessoal



Figura 38 – Monumento Cruz do Anhanguera. Acervo pessoal

As disputas por esses símbolos mobilizam afetos, memórias, enfim, o patrimônio que se quer preservar. Duas observações quero fazer sobre o debate na Câmara. Em primeiro lugar, nenhum deles se diz concordar inteiramente com os “crimes que tenham cometido” no passado, mas defendem a manutenção do monumento; e em segundo lugar, a maioria dos parlamentares confunde as narrativas patrimoniais de Goiânia e da Cidade de Goiás, misturando seus símbolos, seus heróis e sua descendência.

Os habitantes de Goiânia parecem não ter relação afetiva tão próxima com o Anhanguera. Alguns autores apontam a filiação do povo goiano aos bandeirantes, especialmente os autores da antiga Vila Boa, hoje Cidade de Goiás. Souza aponta que:

“constam de estudos genealógicos que cerca de 40% da população goiana compõem-se dos chamados ‘goianos tradicionais’. A maioria desses goianos veio de famílias nascidas na antiga Vila Boa, Pirenópolis, Santa Luzia, Silvânia, Pilar de Goiás, entre outras. Buscando mais a fundo a história da construção dessa sociedade, observa-se que a origem das famílias consideradas tradicionais é genuinamente portuguesa. São

também descendentes, em grande número, do clã Bueno, isto é, dos irmãos, filhos, sobrinhos, genros e noras de Bartolomeu Bueno da Silva” (Goianidade, 1992, p. 22 apud Souza 2017, p. 227-228).

Os trabalhos de Tamaso sobre a Cruz do Anhanguera (2006) e sobre a representação do patrimônio em Goiás (2008) revelam que, aí, de fato há uma relação afetiva maior entre o povo, o bandeirante e seus símbolos e mitologias.

Em Goiânia, esta relação não é direta nem evidente. Poderia dizer que não há nenhum vínculo identitário imediato, sanguíneo, objetivo, entre os habitantes de Goiânia e o Anhanguera. Parece-me mais sensato dizer que, à semelhança dos autores paulistas mencionados no capítulo anterior, a intelectualidade goiana criou um passado para Goiás que em muito exclui da narrativa a participação popular, especialmente os elementos indígena e africano. As elites que ditam a cultura em Goiás focam mais no aspecto territorial da narrativa bandeirante, na fundação do Estado e na formação do povo, mesmo não havendo nenhum vínculo sanguíneo imediato. Poderia dizer que o bandeirante é um ídolo colonial usado pela modernidade, pelo Estado de Goiás nascente, para representar o progresso, a bravura, e, por que não, o elemento branco e pioneiro da narrativa da história nacional.

É ilustrativo o poema de José Mendonça Telles publicado na revista Goianidade (1992, p.162) sobre a suposta identidade goiana:

“Ser goiano é carregar uma tristeza telúrica num coração aberto de sorrisos. É ser dócil e falante, impetuoso e tímido. É dar uma galinha para não entrar na briga e um nelore para não sair dela. É amar o passado, a história, as tradições, sem desprezar o moderno. É ter latifúndio e viver simplório, comer pequi, guariroba, galinhada e feijoada, e não estar nem aí para os pratos de fora. (...) Lê poemas de Cora Coralina e sente na eterna juventude. Ser goiano é saber cantar música caipira e conversar com Beethoven, Chopin, Tchaikovsky e Carlos Gomes. É acreditar no sertão como um ser tão próximo, tão dentro da alma. (...) É beber caipirinha no tira-gosto da tarde, com cerveja na eterna saideira. É fabricar rapadura, ter um passopreto nos olhos e um santo por devoção. O goiano histórico sabe que o Araguaia não passa de um ‘corgo’, tal a familiaridade com os rios. Vive em palacetes e se exila nos botecos da esquina. Chupa jabuticaba, come bolo de arroz e toma licor de jenipapo. É machista, mas deixa que a mulher tome conta de casa. (...) Ser goiano é *saber fundar cidades*. É pisar no Universo sem tirar os pés deste chão-parado. É cultivar a goianidade como herança maior. É ser justo, honesto, religioso e amante da liberdade (...)”

Nenhuma palavra sobre o Anhanguera ou sobre os bandeirantes, apesar da alusão ao “fundar cidades”. Souza (2017, p. 226) ressalta o caráter impessoal e utópico do suposto goiano descrito no poema. O texto reflete o exercício intelectual de padronização de uma identidade regional conforme o gosto da elite goiana, da qual o literato faz parte, homogeneizando os gostos, os traços de personalidade, claramente excluindo os indígenas e quilombolas que

habitam Goiás. O hino de Goiás⁷⁴, também escrito por Telles, agora menciona explicitamente o Anhanguera, mas reposiciona o indígena como alteridade do homem branco, não no embate violento, mas numa “ausência”, que decorre de sua “fuga” no momento da chegada do colonizador:

“Santuário da Serra Dourada
Natureza dormindo no cio
Anhanguera, malícia e magia
Bota fogo nas águas do rio

Vermelho, de ouro *assustado*
Foge o índio na sua canoa
Anhanguera bateia o tempo
Levanta, arraial Vila Boa(...)”

(Hino de Goiás, grifo meu)

A construção da identidade goiana oficial passa, portanto, pelos interesses e contradições das elites que ditam a cultura em Goiás. Leandra Brito⁷⁵ disse-me

“não sou defensora do Anhanguera, mas não tem que tirar a estátua só porque é triste. Ela tem que ficar lá pra gente lembrar, pra não repetir. O museu do holocausto está lá, pra ser lembrado, ninguém quer destruir o museu”.

Quando lhe perguntei se a população se interessa pelo monumento ela respondeu que “poucos goianos sabem da história”, “poucos se interessam”.

Interroguei-lhe também sobre o fato de a estátua ter sido tombada pelo município apenas em 1991, isto é, apenas cinquenta anos depois de instalada:

“as pessoas só tomaram interesse pelas coisas quando elas estão destruídas, abandonadas. Mas também foi porque a Comissão de Patrimônio só surgiu depois, as pessoas só se interessaram por patrimônio em Goiânia só na década de 1990, antes não tinha nada”

E ela continuou:

“eu não sei os detalhes, mas a estátua do Anhanguera foi tombada por decreto, sem debate, não tinha comissão, um processo com os documentos pra gente ver, discutir, foi feito porque alguém quis, sem conversar, a Comissão veio depois”

De fato, a criação da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, no nível estadual, foi criada, tal como existe hoje, no contexto da reforma administrativa levada a

⁷⁴ Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/81550/lei-13907

⁷⁵ Analista de Obras e Urbanismo da Gerência de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado de Goiás. Entrevista por telefone realizada em 29.04.2022.

cabo pelo Governador de Estado, Ronaldo Caiado, em 2019, a partir da antiga Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel, criada em 1999⁷⁶. No nível municipal, a Gerência de Patrimônio Artístico e Cultural, ligada à Secretaria Municipal da Cultura passou a ter o formato atual somente em 2021, com uma reforma institucional introduzida por força de lei⁷⁷. Somente em 2022 a comissão a que Leandra se refere foi formalizada e seus trabalhos regulamentados como órgão colegiado vinculado ao município, sob a denominação de “Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental”, estabelecida em janeiro pelo decreto nº 023/2022, cujo objetivo é, dentre outros:

“Elaborar Dossiês e Pareceres dos Bens Culturais materiais e imateriais e Ambientais de interesse público, manter inventário destes em livros próprios assim como da mesma forma agir nos processos de Tombamento e Registro de bens de valor histórico, artístico, cultural e arquitetônico de interesse desta municipalidade”⁷⁸

É possível observar, portanto, que os órgãos ligados à cultura e ao patrimônio em Goiás estão em atualíssimo processo de reorganização administrativa. O debate sobre a estátua do Anhanguera acompanha esse movimento? Embora a celeuma em relação à estátua estivesse evidente durante a sessão parlamentar, a preocupação com a estátua não parece ocupar, contudo, o dia a dia dos parlamentares. Das 166 atas de sessões da casa que analisei, cobrindo os anos entre 2007 e 2021, apenas *uma* continha pauta relacionada ao monumento ao bandeirante. Apenas um projeto de lei, para remover ou para exaltar foi proposto nesse período. Como vimos, o projeto do Pastor Rusemberg foi o único que pude analisar.

Mais curioso ainda é que este projeto ficou parado na Comissão de Constituição e Justiça até o presente ano. Nunca teve andamento, nunca voltou ao plenário para votação. O servidor⁷⁹ que me atendeu, surpreso, disse-me “era para ter sido arquivado há tempos”. Ninguém se interessou pelo projeto, após tanta discussão acalorada? Nem mesmo seu autor voltou a rerepresentá-lo no plenário até a conclusão deste trabalho.

Como dar conta dessa contradição? Talvez, como afirma Monnet (1996, p. 222), a salvaguarda do patrimônio não é mais a salvaguarda de objetos-testemunho, porque estes perderam seu passado, e representam apenas o que o presente projeta do passado. A defesa da estátua tem menos importância que a defesa da “ideia” que representa. A defesa de um bem patrimonial é um ato moderno e passa pelo fabricar diário da história, no dia a dia, de compor

⁷⁶ Ver: <https://www.cultura.go.gov.br/a-secretaria.html>

⁷⁷ Ver: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2021/dc_20210125_000000607.html

⁷⁸ Inciso I, art. nº 28, Decreto nº 607 de 25 de janeiro de 2021

⁷⁹ Leonardo Barreto da Silveira, Diretoria Legislativa da Câmara de Vereadores de Goiânia

a memória e de produzir lembrança (p. 222) A questão, segundo ele, é “entender quem controla esses processos numa cidade”. A relação dos goianos com a estátua do bandeirante, pelo visto na fala dos parlamentares e entrevistados evidencia o fato de que:

“cada um, sozinho fabrica a sua própria história, seleciona em sua memória, dá tal ou qual sentido a suas lembranças, sejam materiais ou ideais, fabricadas ou herdadas, e ordena, assim suas relações com o ambiente. Na escala da sociedade, trata-se de identificar as alianças de interesses que geram, nas palavras e nos atos, ‘os discursos dominantes’ que servem de matriz para as representações sociais, para a cultura comum e fornece justificativa para a ação e a inação” (Monnet, 1996, p.223)

Se o patrimônio só existe porque protegemos algo que nomeamos assim (Monnet, 1996, p.228) é preciso investigar quem detêm esse poder de nomear, de definir a narrativa oficial. Se o significado da estátua do bandeirante está em disputa, é preciso mapear as correlações de poder e de força dos atores, os próprios atores e a relação com o poder público. Se o monumento ao Anhanguera foi tombado sem debate, como nos informou Leandra, é legítimo que esse bem seja repassado pelo escrutínio público, afinal, o nome “é a população é que dá”, conforme o vereador Elias Vaz.

Por um lado, vemos os elementos contestatórios à estátua, mas, por outro, não vemos reação dos setores conservadores em sua defesa. Quando a estátua do bandeirante é pichada, observa-se um debate mais ligado ao patrimônio público, como um bem público, tratado como privado, à semelhança da vidraça de um banco, como disse o entrevistado, como se os defensores do monumento considerassem a estátua como um bem público, mas intimamente privado, porque lhes evoca a memória e o sentimento de identificação, de pertença, de origens. “Sou cidadão *goianiense, goiano, brasileiro*, não posso negar em momento nenhum, a nossa origem e a nossa história” disse o vereador Bruno Peixoto. Por outro, apesar da defesa apaixonada, inexistente ação objetiva em defesa do monumento no sentido de sua preservação material, isto é, limpeza, retirada das pichações, requalificação e mesmo a remoção da estátua de um local “imprensado por dois ônibus biarticulados” para um “lugar de contemplação”.

Diante da inação relativa a um projeto parado na Comissão de Justiça da Câmara desde 2008, da baixa densidade do assunto no cotidiano da Casa (uma ata, um projeto) além da inexistência de projetos para requalificação da praça e do próprio monumento, parece-me adequado pensar que o debate sobre a estátua do Anhanguera relaciona-se com o que Silvana Rubino afirmou sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante a era Vargas e o que foi tombado nos anos seguintes:

“o conjunto eleito (o que foi tombado entre 1938 e 1967) revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões patriarcal, latifundiário [...] e marcado por personagens ilustres que caminham entre pontes e chafarizes” (Rubino, 1996, p.98)

Segundo a autora, o SPHAN teria eleito um Brasil antepassado que excluí alguns atores contemporâneos ao delimitar de quem descendemos (Rubino, 1996, p.103). No caso do Anhanguera, mesmo sabendo “das atrocidades cometidas” os defensores do monumento parecem querer, se não promover um “discurso de superioridade branca, lusitana e cristã” ao menos “construir um elo com o passado que remete a antepassados e ancestrais dignificados” (Rubino, 1996, p. 103).

Essa pode ser a tônica que motivou os estudantes da faculdade de Direito de São Paulo a oferecerem o monumento ao bandeirante como presente à nascente cidade de Goiânia. O Anhanguera era o símbolo desse ancestral dignificado, do Brasil gigante construído pela bravura do bandeirante paulista. O Anhanguera simbolizaria ainda mais: uma continuidade entre a história e linguagens goiana e paulista, o “povo goiano, nobre estirpe dos bandeirantes”. Estirpe essa que ocupou todo o Brasil. Resta aí, a evidente ou não, contradição da identificação tão aguerrida e alguns goianos com um símbolo... paulista. O tom ufanista da década de 30 e da Era Vargas produziu em Goiás um símbolo que, se não representa todos os goianos, ao menos cria, conforme Rubino (1996, p. 98), “um modelo reduzido de um país imaginado”.

Conclusão

Se a construção da estátua não foi iniciativa do próprio Bartolomeu Bueno nem de seus familiares, nem de goianienses, mas de agentes paulistas identificados com sua figura histórica e agenciados por interesses políticos, como vimos, poderia dizer que também em Goiás, a força do Anhanguera é, antes de tudo, uma conversa entre pares. Pares entre grupos de intelectuais, acadêmicos e artistas. A identificação goiana com o mito do Anhanguera mostrou-se forte em poemas, artigos acadêmicos, debates entre elites letradas e entre os que defendem o título de patrimônio da humanidade da Cidade de Goiás. Durante o campo, em Goiânia, descobri que quase nada do que se quis fazer representar a estátua tem efeito na percepção identitária do goianiense. Poucos “acordam pela manhã e se sentem ligados à narrativa bandeirante como alegoria de suas origens”⁸⁰ e, a depender da classe social, da escolaridade e da identificação racial, a estátua do Anhanguera causa repúdio e negação como é o caso da candidata à prefeitura de Goiânia, Manu Jacob, em 2020, que afirmou retirar a estátua do pedestal caso fosse eleita⁸¹.

Nesse sentido, seja por ser invisível aos olhares de boa parte da população, seja por não conseguir evocar uma identidade goiana realmente popular, a narrativa bandeirante que quiseram os paulistas legar ao povo goiano não foi bem-sucedida, ou bem sucedida apenas no segmento mais elitizado. A análise estatística de Silva (2020, p.106-108) quanto à participação da população na campanha para a ereção do monumento demonstra a ausência de debate público mais alargado. Participam em número maioritariamente e nesta ordem “acadêmicos” e “políticos” e algumas mulheres. Foi total a ausência de indígenas mencionados nas palestras e eventos beneficentes durante a campanha pró-monumento. Isto revela o caráter elitista, racista e bacharelesco dos agentes que tentaram abarcar Goiás na narrativa do bandeirantismo paulista. O próprio debate na sessão da Câmara Municipal em 2008 revela esse descompasso entre sentimentos, dados factuais e participação popular na definição dessa figura que se pensa como bem cultural ligado às origens de um povo.

A coesão social da identidade goiana supostamente evocada pela estátua do Anhanguera como marcadora de um passado comum não se mostrou evidente. Não se percebe que a praça é vivida pela população como um lugar de memória, ao contrário, ela foi-se desqualificando, perdendo visibilidade e monumentalidade ao longo do tempo. Havendo Goiânia completado

⁸⁰ Depoimento de uma interlocutora

⁸¹ Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/142458/goiania-manu-jacob-defende-remocao-da-estatuado-bandeirante-anhanguera> Acesso em 18.11.2021

apenas 88 anos em 24 de outubro de 2021, acredito que a formação de sua identidade está em disputa e em processo. No dossiê comemorativo⁸² publicado pelo jornal O popular, Rogério Borges resgata a imagem que o morador de Goiânia tem da cidade, atualmente, e é muito significativo que em todo o texto a palavra Anhanguera só apareça uma única vez e apenas em alusão à avenida que leva seu nome. É significativo também o fato de que em nenhuma imagem que ilustra a matéria encontramos o monumento ao Anhanguera, porém encontramos, em seu lugar, o Monumento às Três Raças⁸³ que englobaria os elementos europeu, negro e indígena na narrativa de origem do Estado. Penso ser esse mais um indício de que minha intuição está alinhada aos processos de resinificação da narrativa oficial do bandeirantismo em Goiás. A ausência de referência ao Anhanguera no texto comemorativo dá pistas de que a imagem do Anhanguera é objeto de disputa pela sociedade, embora engaje apenas uma pequena fatia dela. Ao fim, penso que caberá ao próprio povo rejeitar ou modificar completamente a importância que a figura do Anhanguera tem no imaginário genético e sociocultural da cidade e dos goianos. Isso terá lugar quando se fizer “uma discussão didática, realmente social a respeito do assunto”, como afirmou o Professor Wanderlan.

⁸² Disponível em:

https://especiais.opopular.com.br/goiania88anos?utm_campaign=o_popular_aniversario_de_goiania&utm_medium=email&utm_source=RD+Station Acesso em 18.11.2021

⁸³ Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/goiania-monumento-as-tres-racas#!/map=38329&loc=-16.680235961057157,-49.25646604046405,17> Acesso em 06.05.2022

Bibliografia

Abreu, C. (1976). *Variedades, Gravetos de História Pátria*, Gazeta de Notícias, 9/dez/1881. In.: Abreu, C. *Ensaio e Estudos*. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Abud, K. (2018). O remédio para a pobreza de São Paulo: o trabalho do índio. In *Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos* (pp. 267-282). Roiz, D., Arakaki, S., Zimmermann, T. R. (Org.). Serra: Editora Milfontes.

Anhenzini, K. (2018). Entre “rios da Dúvida” e contínuas entradas: a construção do tema das bandeiras por Afonso Taunay. In *Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos* (pp. 147-168). Roiz, D., Arakaki, S., Zimmermann, T. R. (Org.). Serra: Editora Milfontes.

Chaul, N. F. (1997). *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás.

Chaul, N. F. (2009). Goiânia: a capital do sertão. *Dossiê cidades planejadas na hinterlândia. Revista UFG*. Junho/09, nº 6. (pp. 100-110).

Coleção BAND. CIDARQ - Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://cidarq.ufg.br>

Davidoff, C. (1994). *Bandeirismo: verso e reverso*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense.

De Certeau, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Delgado, A. F. (2005). Goiás: a invenção da cidade Patrimônio da Humanidade. *Horizontes Antropológicos*, 11(23), 113-143.

Ferretti, D. Z. (2008). O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, 21, janeiro-junho de 2008, (pp.59-78).

Ferretti, D. Z. (2018). Capistrano de Abreu e as bandeiras: entre a condenação indianista e a historiografia laudatória paulista. In Roiz, D., Arakaki, S., Zimmermann, T. R. (Org.), *Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos* (pp. 115-146). Serra: Editora Milfontes.

Goiânia, Lei 6.962/1991. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1991/lo_19910521_000006962.html

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Hemeroteca. Disponível em https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=36&EDI_IDEN=47

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Disponível em: <http://ihgsp.org.br>

- Lacerda, R. (1981) *Histórias que o homem de bronze contou*. Goiânia: Saraiva.
- Machado, A. (2014). *Vida e morte do Bandeirante*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro.
- Monnet, J. (1996) O álabe do passado. *In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24. pp. 220-228
- Projeto de Lei nº 08/2008 – Pastor Rusemberg Barbosa – Câmara dos Deputados de Goiânia, Goiás, Brasil.
- Rubino, S. (1996) O mapa do Brasil Passado. *In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24. pp. 97-105
- Silva, J. F. (2020). *Quando o Anhanguera cruza Goiás*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35128>
- Silva, J. F. (2019). O monumento aos bandeirantes em Goiânia e o mito fundador da nova capital. *Revista Memória em Rede*, 12(23), Pelotas, Jul/Dez, 2020. Disponível em: 75index75icos.ufpel.edu.br/ojs2/75index.php/Memoria
- Schwarcz, L. M. (2021). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras.
- Soares, S.S., Stengel, 2021) M. Netnografia e a pesquisa científica na internet. PUC Minas. Belo Horizonte. MG.
- Souza, L. A. da S. (1849). Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyas. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, 16, 4. trim., 429-510.
- Souza, R. L. (2007). A mitologia bandeirante: construção de sentidos. *História Social*, 13, 151-171.
- Souza, R. B. de (2017). Por uma identidade cultural para Goiás: uma análise da revista Goianidade, *Revista De História Regional*, 22(2), 210-236. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10142>
- Tamaso, I. (2007). *Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1995>
- Tamaso, I. (2006). A cruz do Anhanguera: Representações, experiências, memórias, patrimônio. In Frugoli, H., Andrade, L., Peixoto, F. (Org.) *As cidades e seus agentes: práticas e representações - Coleção Temas Urbanos* (pp. 245-273). Belo Horizonte: Edusp.
- Taunay, V. (1876). *A província de Goyaz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4868/1/018981_COMPLETO.pdf.

Transcrição Taquigráfica da Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Ordinária do Quarto Ano, da Décima Quinta Legislatura, realizada No Dia 19 de Fevereiro de 2008.

Vianna, F. O. (1920). *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato.

Viana, L. W. (1993). Americanistas e iberistas: a polémica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In Bastos, E., Moraes, J. (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. Unicamp.

Anexo 1

Roteiro para entrevista semi-estruturada:

- 1) Você é goiano/a?
- 2) Quem foi o Anhanguera, a estátua no centro da cidade?
- 3) O Anhanguera faz parte da identidade cultural dos goianos? Por quê?
- 4) Que contribuição aos brasileiros os bandeirantes deixaram?
- 5) Se não o bandeirante, quem representaria melhor o povo goiano?